

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. En publicacion: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. pp. 151-197. ISBN: 987-1183-34-8
Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES*

A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS: A EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA**

Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe de la red CLACSO
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - biblioteca@clacso.edu.ar

INTRODUÇÃO

Ali pelos anos sessenta ecoou das ruas um brado: 'abaixo as fronteiras'. A expressão libertária mostrar-se-ia, também, liberal. Ou melhor, neoliberal. Que não se critique os que estavam naquelas *barricadas do desejo* (Matos, 1981) propugnando pelo fim das fronteiras que, depois, um gerente de uma empresa transnacional, o Sr. Jacques Maisonrouge, invocaria o mesmo brado de 68, posto que Karl Marx e Frederic Engels já nos haviam antecipado que o capital não tem pátria, nos convocando imperativamente - '*proletários de todo o mundo, uni-vos*' - a pensar e agir para além dos territórios nacionais. A resposta burguesa ao internacionalismo proletário do Manifesto

*Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, membro do Grupo de Trabalho Hegemonias e Emancipações da CLACSO e, em 2004, recebeu o Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia –Prêmio Chico Mendes– do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

**Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e faz parte da pesquisa Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e Caribe.

Comunista foi o nacionalismo, uma territorialidade que, logo, logo, tornar-se-ia imperialismo¹.

À crescente importância dos partidos operários social-democratas² na segunda metade do século XIX se seguiu à expansão imperialista. O milionário inglês Cecil Rhodes, em 1895, assim se expressou no *Die Neue Zeit*: Ontem estive no East-End londrino³ e assisti a uma assembléia dos sem-trabalho. Ao ouvir na referida reunião discursos exaltados cuja nota dominante era: Pão! Pão!, e ao refletir, de volta para casa, sobre o que ouvira, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo ... Estou intimamente convencido de que minha idéia representa a solução do problema social: para salvar da guerra funesta os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido, nós, os políticos coloniais, devemos dominar novos territórios para neles colocar o excesso de população, para encontrar novos mercados onde colocar os produtos de nossas fábricas e de nossas minas. O império, tenho-o sempre dito, é uma questão de estômago. Se não querem a guerra civil, devem converter-se em imperialistas (C. Rhodes apud Lênin, 1947: 102). A história mostrou que não se tratava de retórica ou de bravata de um político, ainda que muitos dos que se acreditavam críticos do capitalismo afirmassem a missão civilizatória que o capital cumpria ao penetrar na Índia ou no México. Não são poucos os textos que ainda hoje acreditam nessa missão civilizatória, mesmo depois de tanta barbárie cometida em seu nome. O eurocentrismo parece comandar corações e mentes também entre críticos. Não era a primeira vez que diferentes escalas territoriais se conformavam reciprocamente desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial iniciada em 1492 (Wallerstein b, 1998; Quijano, 2000). Desde aquele momento novos horizontes geográficos se mundializavam conformando novas territorialidades. O local, o nacional, o regional e o mundial foram sendo redefinidos no mesmo processo em que as relações sociais e de poder foram constituindo o mundo moderno-colonial que nos conforma hoje. Nesse artigo se pretende contribuir para a análise desse complexo processo de conformação dessas diferentes escalas territoriais que caracterizam a ordem mundial que aí está, em crise, a partir de um lugar específico, a América Latina e o Caribe, a partir de um ponto de vista emancipatório.

1 A rigor, o nacionalismo enquanto ideologia do Estado-Nação é uma forma de imperialismo. Que o digam os povos indígenas e os afrodescendentes na América Latina e no Caribe ou qualquer povo que foi submetido a um Estado Nação em qualquer lugar do mundo (os bascos, os catalães e os galegos na Espanha; os irlandeses na Grã Bretanha). Para melhor apurar o tema ver Eric Hobsbawm (1991).

2 O mais importante deles, o alemão, teve entre seus mais eminentes fundadores K. Marx e F. Engels.

3 O *East End* à época era um bairro operário de Londres.

O LUGAR DA AMÉRICA NA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA-MUNDO MODERNO-COLONIAL

O Estado Territorial, forma geográfico-política por excelência no mundo moderno-colonial, teve sua origem nos séculos XIII e XIV na península ibérica com a expulsão dos mouros. São as monarquias territorialmente centralizadas de Portugal e Espanha que, financiadas com capital genovês, buscarão novos caminhos para o lucrativo comércio no Oriente superando a derrota imposta pelos turcos em 1453, em Constantinopla.

O encontro com o continente que viria se chamar América muda o destino do mundo. Esse encontro é, de fato, o fenômeno capital da constituição do mundo moderno que assim, desde o início, é colonial. A partir dali, e só a partir dali, a Europa passará a se tornar o centro do mundo e, para essa centralidade, a América foi decisiva. A Europa, até então feudalizada em toda parte menos na península ibérica, vai, com a conquista colonial da América, reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra.

Observemos, pelo significado atualíssimo dessa história que continua habitando nossos corpos e nossos *habitats* que, enquanto a África e a Ásia são outros para a Europa, a América é parte do seu novo mundo. Esse *novo* significa o primeiro e fundante silêncio sobre o que aqui havia até porque não tem sequer nome próprio, como tinham a África e a Ásia. Esse continente novo vai ser nomeado América pelo conquistador em homenagem a si próprio e, com esse novo mundo, nasce o eurocentrismo. Aqui, na América, teremos as primeiras cidades racionalmente planejadas, as *ciudades das letras* de Angel Rama. A racionalidade entre nós é, desde o início, razão dominante. O açúcar, principal mercadoria manufaturada nos séculos XVI e XVII, era produzido nos mais modernos engenhos de produção até então construídos que não estavam na Europa mas, sim, no Brasil, em Cuba, no Haiti⁴. Somos modernos a 500 anos!

O discurso eurocêntrico da modernidade fez com que a diferença específica da América, sua colonialidade, se diluísse tal como formulada pelo discurso eurocêntrico. Esse discurso não consegue ver a colonialidade que lhe é constitutiva e, assim, não vê as clivagens, a opressão e a tragédia que lhe são coetâneas. Deste modo, continua-se oferecendo modernidade para superar as mazelas da

4 Há toda uma história contada a partir da Europa que fala da passagem do artesanato à manufatura e desta à maquinofatura, à grande indústria. Ela pode ser lida n'O Capital de Karl Marx sem nenhuma referência a essas primeiras tecnologias modernas que estavam aqui na América e não na Europa. A consideração dessa geografia talvez possa contribuir para a crítica do tecnocentrismo eurocêntrico tão cultivado também entre os críticos do capitalismo.

modernização num ciclo vicioso que, mais do que como farsa, se reproduz ampliadamente como capital por meio de injustiças, devastações e tragédias nesse sistema-mundo moderno-colonial que nos governa

Para nós, latino-americanos e caribenhos, o encontro das diferenças é, diferentemente dos discursos pós-modernos, tensão, resistências, tragédias e reinvenção permanente da vida em circunstâncias que exigem de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território e, ao mesmo tempo, tem que falar a língua dominante com outro sentimento porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto. Não olvidemos que o agronegócio da soja de hoje é tão moderno-colonial como o foi, ontem, o do açúcar com seu engenhos.

A segunda modernidade (e sua colonialidade específica) pós-século XVIII desloca a hegemonia ainda mais para o Norte. Não mais a península ibérica, mas a Europa Norte Ocidental, sobretudo inglesa, francesa e holandesa. Não mais a missão religiosa católica dos Reis de Espanha ou de Portugal mas a missão histórica emancipatória da ciência e da técnica. Não mais o meridiano de Tordesilhas, mas o de Greenwich. Os ingleses, franceses e holandeses disputaram a América e se fizeram mais presentes no Canadá e nos EUA, mas também nas Antilhas e no Caribe, com destaque para o Haiti, que foi a mais rica colônia da França. No Caribe e nas Antilhas, além do espanhol, se fala o inglês, o francês e o holandês, que mais do que línguas oficiais, são línguas dominantes, posto que foram impostas a outras línguas originais que são subalternizadas como o kuna, o zapoteca, o tzotzil, o mixteca entre tantas e outras, além do *creole*. Ainda no Caribe sul-americano ficaram as marcas da Holanda, no Suriname, e da França e da Inglaterra nas Guianas, após as frustradas tentativas dos ingleses, franceses e holandeses de tomar territórios a Portugal no Brasil (Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Amapá). O colonialismo aberto continua, ainda hoje, entre Paris e Caiena, entre Londres e as Malvinas ou Georgetown.

Começava a Inglaterra a sua revolução industrial e a França a sua revolução política, marcos da segunda modernidade (e sua colonialidade específica) e a América introduzia, em 4 de julho de 1776, um componente novo no mapa e na política mundial com a primeira luta de libertação nacional vitoriosa: os Estados Unidos da América. A revolução daqueles colonos foi uma revolução contra o colonialismo de Estado. Afinal, os colonos do *May Flower* haviam forjado suas vidas na Nova Inglaterra ou em Nova Iorque à revelia do Estado inglês. O relativo sucesso dessa colonização do Norte estimulou a Coroa

Britânica a cobrar taxas e impostos, o que ensejou que os colonos se rebelassem contra o Estado na primeira luta anti-colonial vitoriosa⁵. A aliança entre o bloco histórico (Gramsci, 1977) do Norte, formado pelos colonos pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes, com o bloco histórico do sul, formado pelos latifundiários, escravocratas monocultores das *plantations*, conformaram as Treze Colônias que manteve no interior do novo território a mesma clivagem racista constitutiva do mundo moderno-colonial. Assim, o 4 de julho de 1776 nos EUA inaugura um território que é independente, sim, mas conformado a partir de uma independência só para os homens, para os brancos e para os proprietários individuais. Se os EUA vão poder gozar a partir de 1776 das prerrogativas de um Estado soberano, tal como desenhado pelo Tratado de Westfália de 1648, é preciso ver que esse desenho da ordem política mundial, que ainda hoje serve de base para as relações internacionais, se faz pela pena das mentes de homens de um mundo no auge do colonialismo e, portanto, não pensado pela nem para a América, nem pela nem para a África e nem pela nem para a Ásia (ver mais adiante o que pensa Hegel da América e da África). Considere-se, ainda, que quando se dá o primeiro Estado Territorial independente fora da Europa, em 1776, na Europa o soberano ainda era o Rei e não o povo. Atente-se, entretanto, que a emergência da soberania do povo na Revolução Americana era a de um povo em que os negros foram considerados como 3/5 de um branco para fins eleitorais e os índios sequer constaram, seja como o que quer que fossem (Porto-Gonçalves, 2001a; Negri e Hardt, 2001).

Que a liberdade nos marcos eurocêntricos não era extensiva aos que não fossem do gênero masculino, brancos e proprietários individuais foi uma realidade experimentada cruelmente pelos negros haitianos, em 1804. Ali, no Haiti, se inauguraria uma outra página, ainda aberta, na geografia política mundial, posto que se tentava inscrever uma dupla emancipação que não era só emancipar-se da metrópole colonial, no caso da França de quem, como vimos, o Haiti havia sido a colônia mais rica, mas, também emancipar-se dos senhores, no caso dos latifundiários brancos. O temor do que vinha do Haiti, cujo '*mau exemplo*', segundo as palavras de Tomas Jefferson, *deveria ficar confinado à ilha*, ainda hoje vale uma placa colocada na fronteira com a vizinha República Dominicana que alerta para o *passo mal dado* do outro lado da fronteira. Iluminado pelas luzes de Paris, Napoleão não titubeou indicando que se restabelecesse o estatuto colonial no Haiti.

5 Talvez tenhamos muito a aprender com essa revolução, até para compreender como de uma revolução contra o Estado nasce um Estado tão poderoso como o Império estadunidense atual.

Como nos ensina Hanna Arendt em *Sobre a Revolução* (Arendt, 1971), é na América que se descobre que a miséria não é um estado natural e que o destino dos homens pode ser mudado por eles mesmos. A idéia de revolução como agência humana surge na América, embora o modelo de revolução que ganhará o mundo seja o europeu, mais precisamente o da revolução francesa. Assim, é na América, mais especificamente nos EUA, que o povo se torna, pela primeira vez, soberano, mas é ainda uma soberania dos machos, dos brancos e só de proprietários. Há uma colonialidade atravessando essa descolonização que, assim, é parcial. O Haiti, ao contrário, é o primeiro país do mundo a declarar o fim da escravidão e sua situação atual talvez nos ensine muito acerca do significado desses princípios quando confinado aos marcos do eurocentrismo hegemônico nos dois lados do Atlântico Norte.

Considere-se, ainda, que quando a América (EUA e Haiti) colocava na agenda política do mundo a descolonização, ainda que parcial nos EUA, os ingleses e os franceses começam efetivamente a colonizar a Índia, a China e o norte da África. Atentemos para o que diz Hegel sobre a América e a África, ele que foi contemporâneo de todos esses acontecimentos e um dos mais importantes pensadores europeus, para que tenhamos uma idéia do espírito da época e de como se desenhava uma geografia imaginária, mas politicamente real, do mundo. Diz-nos Hegel sobre a América: “O mundo se divide em Velho Mundo e Novo Mundo. O nome de Novo Mundo provém do fato de que a América [...] não tenha sido conhecida até pouco tempo para os europeus. Mas não se acredite que esta distinção é puramente externa. Aqui a divisão é essencial. Este mundo é novo não só relativamente, mas também absolutamente; e o é com respeito a todos os seus caracteres próprios, físicos e políticos [...] o mar das ilhas, que se estende entre a América do Sul e a Ásia, revela certa imaturidade no que toca também a sua origem [...] Da América e seu grau de civilização, especialmente no México e no Peru, temos informação de seu desenvolvimento, mas como uma cultura inteiramente particular, que expira no momento em que o Espírito se lhe aproxima [...] A inferioridade destes indivíduos em todos os aspectos, é inteiramente evidente”.

Hegel nos diz, ainda, que a “África é, em geral uma terra fechada, e mantém este seu caráter fundamental [...] Entre os negros é, com efeito, característico o fato de que sua consciência não tenha chegado ainda à intuição de nenhuma objetividade, como por exemplo, Deus, a lei, na qual o homem está em relação com sua vontade e tem a intuição de sua essência [...] é um homem bruto’. [...] Este modo de ser dos africanos explica porque que seja tão extraordinariamente fácil fanatizá-los. O reino do Espírito é entre eles tão pobre e o Espírito tão intenso ... que uma representação que se lhes inculque basta para impulsioná-los a não respeitar nada, a destroçar tudo ... África ... não tem propriamente

história. Por isso abandonamos a África para não mencioná-la jamais. Não é parte do mundo histórico; não apresenta um movimento nem um desenvolvimento histórico ... O que entendemos propriamente por África é algo isolado e sem história, sumida por completo no espírito natural, e que só pode mencionar-se aqui no umbral da história universal” (Hegel apud Dussel, 1995: 15-17).

A julgar pela ação política que se seguiu à Revolução do Haiti, tanto por parte dos EUA, como vimos pelas palavras de Tomas Jefferson, como da ação dos franceses pelas palavras de Napoleão, a liberdade, fraternidade e igualdade não valiam fora do território francês, ou estadunidense. Duas Américas já ali medravam o que ensinaria que, mais tarde, José Martí distinguisse uma outra América, a Nuestra América.

Já em 1803, um ano antes da Revolução haitiana, os EUA adquirem à França um extenso território, a Louisiana, iniciando uma nova fase do seu Destino Manifesto com o expansionismo territorial que chegará ao Pacífico contra os indígenas e contra o México, sobretudo. Essa aquisição do novo território à França reforça a luta anti-colonial contra a Inglaterra e alimentará uma idéia que se tornará cada vez mais forte entre os estadunidenses – ‘a América para os americanos -, ideal que será compartilhado com outras elites crioulas da América, como Simon Bolívar e San Martin. Pouco a pouco se verá que essas elites brancas e eurocêntricas não falam a mesma coisa, a não ser que a servidão indígena e a escravidão negra devem permanecer. Embora Simon Bolívar tenha recebido armas de Toussant de L'Overture em seu breve exílio no Haiti, e também o conselho para que libertasse os escravos, a escravidão permaneceu nos estados independentes que nasceram sob seu comando.

Observados desde um olhar subalterno da América Latina e do Caribe a nova configuração geopolítica da segunda modernidade se conforma sobre os pilares da primeira. Afinal, com o deslocamento da hegemonia política da península ibérica para a Europa Norte Ocidental, a língua dominante que será imposta na América ao sul do rio Grande, seja o castelhano, seja o português, sendo línguas dos impérios decadentes da primeira modernidade serão, portanto, línguas subalternas na nova geografia política. Além disso, a *América é para os americanos* era mais do que um *slogan* estadunidense, posto que envolvia toda a elite branca e crioula da América Central, do Sul e do Caribe. Nesse contexto, o Haiti era *um mau exemplo a ser confinado à ilha* e se tornaria, na leitura dos brancos, uma ideologia perigosa, o haitianismo. O Destino Manifesto dos estadunidenses se ampliará em 1847-8 com a anexação das terras do Colorado, do Novo México, do Texas, de Utah e do Arizona que, em seus próprios nomes, trazem as marcas da territorialidade indígena.

O século XIX revelará, portanto, que a *América para os americanos* de Simon Bolívar e San Martín não era a mesma *América para os americanos* da Doutrina Monroe dos EUA. Quando os navios ingleses no final do século XIX cercam Caracas exigindo o pagamento de uma dívida, os EUA apóiam não a Venezuela, mas a Inglaterra⁶. Se, para Bolívar, o Panamá podia ser uma passagem de integração das Américas, para os EUA o controle de um possível canal era estratégico para realizar seu Destino Manifesto. O Panamá, em 1903, seria tomado à Colômbia, assim como o Novo México, o Texas, o Utah e o Arizona foram tomados aos povos indígenas do atual México.

A clivagem entre as duas Américas se afirma para além das elites eurocêntricas, tanto ao Norte como ao Sul da América. Há os indígenas, os camponeses, os afrodescendentes, o indigenato (Ribeiro, 1986), os brancos pobres que têm em Toussant de L'Overture, em José Martí, em Tupac Amaru, em Zumbi dos Palmares, em Sepé Tiaraju (guarani), em Tupac Katari (Bolívia), em Emiliano Zapata e em tantas e tantos outros e outras que assinalam a dupla emancipação que se coloca no horizonte desses povos ainda hoje.

Desde 1492 que, aqui, nesse espaço que viria se chamar América Latina e Caribe, convivem diferentes temporalidades por meio de relações fundadas na opressão, no preconceito e na exploração. O hibridismo é pouco para caracterizar o que aqui se passou e se passa. O segundo momento de nossa formação social, que nos legou os Estados Territoriais independentes, preservou a colonialidade do primeiro. O gamonalismo, o coronelismo, o caudilhismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o fisiologismo e, já com a urbanização, o populismo, conformaram relações em que a *lógica do favor*⁷ predominou, ao contrário de uma *lógica de direitos*, sobretudo com relação aos direitos coletivos e sociais que, na Europa e EUA, foram arrancados à burguesia pelo proletariado por meio das lutas de classes.

A exacerbação dos nacionalismos coloniais⁸ nos anos 50 e 60 na Ásia, na África nos daria, na América, Domingo Perón, Getúlio Vargas, Jacobo Arbenz, a Revolução boliviana de 52 e, em Cuba, em 1959, uma

6 O mesmo faria na Guerra das Malvinas, preterindo os argentinos em favor, mais uma vez, dos ingleses.

7 Talvez pudesse se dizer que, mais do que a busca da institucionalização do conflito por meio da norma escrita (o direito), teríamos a cordialidade, tal como formulada por Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Holanda, essa cordialidade deriva do latim *cordis*, coração, e, assim, está marcada pelos impulsos, para o bem e para o mal. A cordialidade não é, necessariamente, afetividade ou afabilidade.

8 Esses nacionalismos coloniais, diga-se de passagem, seguiram-se à exacerbação do nacionalismo imperialista que levou o mundo a duas guerras.

nova ‘revolução impossível’. A partir daí o espectro do haitianismo de novo passa a nos rondar, agora sob o nome de comunismo. São enormes as contradições vividas nos estados coloniais latino-americanos e caribenhos, posto que os princípios liberais se mantêm somente para fora das suas fronteiras – o exclusivo colonial sendo substituído pela moeda exclusiva, o dólar do *livre (?) comércio* – e, dentro, a propriedade privada, sobretudo da terra, permanecendo concentrada. A emancipação a meias, como se diz em bom português, fará com que entre nós a Reforma Agrária seja uma questão que potencialize e amalgame o conjunto de injustiças que nos conformam. Desde Toussant de L’Orverture, de José Martí, de Zapata, de Mariátegui, de Sandino, de Farabundo Martí e da Revolução Boliviana de 1952, a questão da terra e dos territórios dos povos originários e outros se coloca no centro do debate político e social. O liberalismo que pensa a liberdade individual a partir da propriedade privada não atravessou o Atlântico, pelo menos ao sul do Rio Grande⁹. Os anos 60, e já sob os efeitos da Revolução Cubana, farão oscilar, ora para a direita, ora para a esquerda, o pêndulo de nosso quadro político movido, no fundo, por essas lutas sociais indicadas acima. Daí surgirão diferentes movimentos guerrilheiros, desde Che Guevara às FARC¹⁰, passando por governos nacionalistas com fortes colorações de esquerda (nacionalização dos recursos naturais, reforma agrária), culminando com o verdadeiro teste da democracia liberal entre nós em 1971 no Chile de Salvador Allende. As ditaduras militares de direita, em grande parte apoiadas pelos EUA, que já vinham se ensaiando contra o novo haitianismo cubano pelo menos desde 1964, no Brasil, iniciarão, em 1973, a primeira experiência neoliberal de que se tem notícia sob o massacre da experiência democrática e socialista do Chile por Augusto Pinochet. É sintomático que a primeira experiência neoliberal se faça contra uma experiência socialista e democrática.

Mais uma vez, é na América Latina que se inova na conformação de uma nova ordem política que, depois, sob Reagan e Thatcher, con-

9 Deixo aqui de explorar a impossibilidade histórica do direito absoluto à propriedade privada, como John Locke, um dos seus mais importantes defensores, já havia assinalado. Para ele, a necessidade e o trabalho são a medida da propriedade e, assim, além deles ela não tem sentido. Para maior aprofundamento consultar François Ost (Ost, 1985) e María Mercedes (Maldonado, 2004b).

10 Observemos os muitos grupos e movimentos que se denominavam de libertação nacional: Exército Libertação Nacional, com destaque para a Guatemala e Colômbia; a ALN - Aliança Libertadora Nacional, no Brasil; a Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua; o Exército Zapatista de Libertação Nacional que, sob nova forma, se faz zapatismo. Registremos, ainda, a Frente Popular de Libertação, de Camilo Torres, o M-19 e a atual FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; os Montoneros e o ERP – Exército Revolucionário Popular - argentinos; os Tupamaros (Uruguai), o Sendero Luminoso (Peru), o Movimiento de Izquierda Revolucionária - o MIR – chileno, entre vários.

formará a ordem neoliberal que, hoje, com o supranacionalismo constitucionalista des-loca dos estados territoriais grande parte do poder. Na América Latina e no Caribe esta reestruturação do Estado significou novas relações com/contra as dominantes tradicionais num novo quadro político. Nele, as relações tradicionais de dominação historicamente tecidas pela elite crioula com/contra os povos originários, os indígenas, os camponeses, os afrodescendentes e os assalariados públicos e privados começam a ser diluídas e, posto que a preocupação com a inserção na economia global é maior que a preocupação com a integração social interna - como, de certa forma, se colocava nos anos 60 e 70 sob a forte presença dos movimentos populares -, começam a emergir como novos velhos protagonistas que, até aqui, estiveram invisibilizados e submetidos àquelas relações sociais e de poder tradicionais.

Aníbal Quijano caracterizou as independências dos países da América dizendo que entre nós o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. E Quijano (Quijano, 2000) nos remete a Mariátegui (Mariátegui, 1996) que, nos anos 20 do século passado, já nos chamara a atenção para o significado da luta indígena para os movimentos emancipatórios na América. Mas, além desses intelectuais e daqueles protagonistas das lutas em prol da dupla emancipação, é preciso que remetamos à sua expressão atual no zapatismo, no MST, no indigenato, nos afrodescendentes, nos indígenas, nos piqueteiros, nos *rappers* que re-escrevem, hoje, a história da moderno-colonialidade e da racialidade a partir de um lugar subalterno. É aqui que novas territorialidades com valores emancipatórios podem ser encontrados.

Não olvidemos que, ainda recentemente, em 2003, foi numa ilha dos Açores português que os primeiros mandatários dos EUA, da Inglaterra, da Espanha e de Portugal se reuniram para decidirem os detalhes finais daquela invasão, depois de muitas tentativas do governo estadunidense, inclusive com informações duvidosas, para convencer a ONU a apoiar a invasão do Iraque e depois da mais ampla manifestação anti-guerra jamais vista no mundo, quando mais de 60 milhões de pessoas foram às ruas na Europa, na Ásia, na América Latina e mesmo em Nova Iorque. Os geógrafos, como eu, temos essa estranha mania de achar que os lugares não são alheios aos feitos que o fazem enquanto lugares. Estavam reunidos ali nos Açores os próceres da primeira modernidade, Portugal e Espanha, além de Inglaterra e EUA, pela segunda modernidade. As ilhas dos Açores são parte do arquipélago que o Papa tomou como referência para dividir o mundo com o Tratado de Tordesilhas em 1493 consagrando com sua autoridade religiosa a conquista da América. Deus abençoou a conquista da América. A principal potência hegemônica de hoje, os EUA, acompanhado pela Inglaterra, potência hegemônica dos oitocentos e por Portugal e Espanha, potências hegemônicas da primeira modernidade, estavam ali fazendo

atuar a geopolítica inscrita no sistema-mundo moderno-colonial desde 1492. Assim, os Açores se ligando a Bagdá (e a Kabul) nos mostram como Constantinopla continua atuando na conformação geopolítica do mundo moderno-colonial. Há, hoje, uma América que, com toda a sua pujança, se afirma como centro de um pólo hegemônico que, cada vez mais, se trata como Atlântico Norte. Há, todavia, uma outra América, a *Nuestra América*, que se liga a todas e todos que se vêem na perspectiva subalterna desse sistema-mundo moderno-colonial. Eis o pano de fundo que subjaz às tensões de territorialidades que nos conformam hoje.

DA INVENÇÃO DE TERRITÓRIOS: BREVE DIGRESSÃO TEÓRICO-POLÍTICA

Há uma batalha de descolonização do pensamento que a recuperação do conceito de território talvez possa contribuir. *Abaixo as fronteiras, o capital não tem pátria*, imperialismo (ou império?), nacionalismo, *socialismo num só país*, internacionalismo proletário, *proletários de todo o mundo, uni-vos*, crise do Estado são expressões que nos indicam a importância do território e das novas territorialidades. Entretanto, a recusa a pensar o território para além da visão eurocêntrica, profundamente impregnada pelo Direito Romano¹¹ e sua legitimação do direito de propriedade (melhor seria dizer dos proprietários) tem sido persistente. Tal visão, com seu princípio de soberania mutuamente excludente, o Tratado de Westfália (1648) consagrou, assim como as reflexões acerca do território ficaram restritas ao direito positivo e ao positivismo e, assim, sem negatividade histórica. Até mesmo Hegel considerava o território como uma base sob a qual se erige o Estado e, assim, como algo que é externo às formações sociais, naturalizando-o.

De tal forma a territorialidade inventada pelos portugueses e espanhóis conseguiu impor-se ao mundo que sequer nos damos conta de que os territórios não são substâncias a-históricas e que são sempre inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito.

O Estado Territorial, enquanto espaço que reúne sob um mesmo centro, a capital, diversos lugares, conforma um *container* de poder (Anthony Giddens) por meio de pactos político-territoriais entre blocos históricos de regiões distintas (Gramsci, 1977). Já o vimos para o caso dos EUA. Antonio Gramsci em A Questão Meridional nos fornece uma excelente chave analítica para compreendermos a conformação dos

11 Ou pela leitura seletiva do Direito Romano por parte do Código Civil napoleônico, conforme María Mercedes Maldonado (Maldonado, 2004 [a]).

Estados Territoriais por meio de seus protagonistas. Assim, cada Estado Territorial comporta não só um espaço delimitado por fronteiras externas mas, também, por relações sociais e de poder internas que se constituem por meio de pactos e alianças, os blocos históricos (e regionais). Esses blocos históricos regionais são, eles mesmos, conformados a partir de relações sociais e de poder assimétricas e, assim, projetam em outras escalas as relações sociais e de poder que os constituem (ver também Porto-Gonçalves, 2001b).

Talvez o caso do Brasil seja esclarecedor para pensar o caráter histórico de cada território. Um mapa do Brasil de 8 de setembro de 1822, isto é, um mapa feito um dia depois da independência, revelaria que a atual região amazônica, cerca de 54% do território brasileiro, não ficara independente permanecendo ligada à Lisboa. Somente um ano depois, em 1823, os luso-amazônidas de Belém, capital da então Província do Grão-Pará, se desligariam de Portugal e adeririam ao Brasil ensejando, com isso, a formação do maior estado territorial entre os latino-americanos e caribenhos. Uma das razões que levaram os luso-amazônidas a aderir ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, foi o fato de temerem o fim da escravidão que a Revolução Liberal do Porto (1820) ameaçava extinguir. Assim, a adesão da Amazônia ao Brasil se fez tendo em vista a manter a escravidão. O aumento da exploração sobre as populações indígenas, negras e de brancos pobres na Amazônia que se seguiu a essa adesão ao Brasil esteve entre as razões da maior rebelião popular da história do Brasil – a Revolução dos Cabanos (1835 a 1839) – e que foi debelada à custa de muitas vidas de cabanos¹². Registre-se que a escravidão e o latifúndio foram os dois pilares que sustentaram a aliança entre as diferentes oligarquias provinciais das diferentes regiões do Brasil, num pacto político-territorial que manteve a unidade do país. Enfim, no Brasil a unidade territorial foi conformada por meio do pacto das oligarquias em torno de um monarca e de uma burocracia esclarecida de gestores estatais com formação acadêmica em Coimbra, (Carvalho, 1996) e se fez contra os *de baixo* ao manter o latifúndio e a escravidão. O Brasil será, entre todos os novos países independentes da primeira metade do século XIX na América, o único que se reivindicará como um Império e se fará em torno de uma Monarquia. No Brasil, o medo do haitianismo será o mesmo das demais elites crioulas da América, acrescido do medo da República. A Monarquia preservou uma unidade territorial mantendo os interesses primordiais das oligarquias regionais provinciais em torno dos dois pilares fundamentais: a escravidão e o latifúndio. No restante da América Latina, ao contrário, a balcanização prevaleceu ensejando que

12 Cabano deriva de cabana que significa habitação pobre, o que dá bem a idéia de quem eram os cabanos.

diversos países novos se constituíssem, mantendo, entretanto, a mesma base na oligarquia latifundiária e na escravidão, com a exceção do Haiti.

Sociedade e território, vê-se, são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha *sign*-ificado. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza¹³.

O modo como cada ente natural é significado - a começar com suas designações (afinal, dar nomes próprios é a primeira apropriação); o modo como cada objeto/cada lugar é situado, distribuído, percebido, sentido; o modo como cada gênero/grupo/camada/estamento/classe/etnia é disposto/dispõe espacialmente por meio das relações sociais e de poder; o modo como se distribui e como qualificamos/desqualificamos os lugares/regiões e os diferentes sub-espacos, constitui as diferentes *ordens sociais*, seus territórios. Assim, o território *aparece* como uma paisagem para cada qual, como um abrigo onde nascemos como se fora um palco natural de nossas ações. Até mesmo os conflitos que sempre estiveram presentes na definição das fronteiras (*fronts*) são, frequentemente, naturalizados. Diz-se, por exemplo, que o Rio Grande separa os EUA do México e, assim, naturaliza-se a guerra dos estadunidenses contra os mexicanos e que lhes usurpou amplos territórios.

Quando a paisagem-habitat-território que nos abriga, por alguma razão, como hoje, não mais nos conforma e é posta em questão, estamos diante de uma crise profunda posto que está perdendo sua *naturalidade*. Indica-nos, assim, que está perdendo legitimidade, que sua hegemonia está em xeque. Não sendo naturais essas crises, múltiplas possibilidades estão presentes, rigorosamente falando, *estão entre os entes*, tecidas nas próprias contradições das relações sociais e de poder em questão. Identi-

13 A questão ambiental teria algum potencial para superar essa dicotomia. Digo teria porque a re-significação da natureza comporta visões de mundo (e suas práticas e instituições) distintas, como a idéia de natureza para os povos originários da América que é diferente da re-significação da natureza pela biologia molecular. Ver mais adiante.

ficar esses possíveis é, portanto, uma tarefa teórico-política tão necessária como a gravidade do que está implicado, como nesse momento que vivemos, sobretudo, na América Latina e no Caribe.

Há, como não poderia deixar de ser, tentativas de superar essas contradições numa perspectiva hegemônica, como indicam as estratégias geopolíticas em torno do desenvolvimento sustentável e de controle da biodiversidade, da água, da energia, inclusive a energia que nos alimenta (controle das sementes e mercantilização generalizada dos alimentos). Nesse artigo, entretanto, procuramos destacar as perspectivas que emanam a partir da experiência latino-americana e caribenha, e de um ponto de vista emancipatório, analisando alguns dos múltiplos caminhos por meio dos quais inúmeros protagonistas vêm se reinventando, r-existindo e apontando para novas conformações territoriais.

A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS: PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS, TERRITORIALIDADES EMERGENTES

Vimos como a constituição do sistema-mundo moderno colonial desde 1492 implicou a conformação territorial de diferentes escalas de poder. A ordem mundial se constituía no mesmo movimento que conformava as escalas local e nacional. Por meio dessa conformação territorial diferentes grupos e classes sociais se afirmaram, outros foram submetidos e negados. A América Latina e o Caribe tiveram um papel protagônico na constituição desse sistema-mundo moderno-colonial, antes de tudo por ter sido a fonte da riqueza que permitiu a afirmação da Europa como centro do mundo, ao constituir os primeiros estados territoriais a partir da soberania popular (quando ainda na Europa o soberano era o Rei), com a Revolução Americana (1776) e a Revolução Haitiana (1804), dando-nos não só o primeiro país no mundo a ficar livre do jugo da metrópole (EUA) como o primeiro país a instituir a liberdade para todos os cidadãos abolindo a escravidão (Haiti), até mesmo a primeira experiência de políticas neoliberais com Augusto Pinochet no Chile a partir dos anos 70.

Quando observamos os conflitos sociais na América Latina e no Caribe, como faz o Observatório Social de CLACSO, vemos que além de vários protagonistas cujas lutas em que se acham envolvidos se dão nos marcos das contradições típicas do capitalismo, com as especificidades do período neoliberal atual - como a forte presença de assalariados do setor público e privado em luta contra a capitalização (no Brasil, diz-se privatização) de empresas públicas ou por melhores salários - vemos também a forte presença de movimentos indígenas, de afrodescendentes e de camponatos com diferentes matizes culturais (Darci Ribeiro chamou alguns de indigenato), sobretudo em países como Bolívia, Paraguai, Equador, México, Guatemala, Colômbia, Chile (Mapuches) e Brasil (aqui,

com destaque para os camponeses politicamente organizados no MST), que vêm pautando uma série de outras questões para além daquelas que emanam do capitalismo global que, sabemos, subjaz à formação social da América Latina e do Caribe. Enfim, não compreenderemos a emergência de movimentos com forte potencial emancipatório na América Latina e no Caribe se permanecermos prisioneiros de categorias analíticas pensadas a partir de uma realidade específica como a Europa, por mais que tenhamos nos habituado com o eurocentrismo, com a idéia de um pensamento universal e, assim, válido em qualquer circunstância. Há uma colonialidade do saber aí implicada (Lander, 2000). Afinal, entre nós, a colonialidade sempre fez parte de nossa formação moderna, desde o exclusivo colonial às políticas de ajuste estrutural e à dívida eterna. Mas dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde de que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas.

Assim, nessas resistências, r-existência, as epistemes e o território (onde a questão da terra tem um lugar central) ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam dominá-la¹⁴. Vimos como a revolução recente nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia reduziu a vida, as plantas e os animais, simplesmente a germoplasma, assim como ampliou, como nunca antes, o domínio de todos os elementos da tabela periódica da química (90), além dos sintéticos (26), assim como aumenta demanda por mais água e mais energia. Nesses conflitos de territorialidades vêm cumprindo um papel destacado as matrizes de racionalidade camponesas, além daquelas fundadas em civilizações outras, tanto de povos originários como de afrodescendentes.

O Tawantinsuyu¹⁵, um dos amplos territórios aqui constituídos antes do grande encontro com os europeus e sua Cruz, suas Espadas

14 Além disso, na geografia do imaginário eurocêntrico coube-nos o lugar da natureza, onde até mesmo os povos são selvagens, cabendo à Europa o lugar da cultura.

15 A outra grande formação territorial pré-existente à chegada dos europeus é o Anauhac que abrangia grande parte desde a atual América Central (Guatemala e México) ao Texas, Novo México, Arizona, Utah e à Califórnia.

e com seu Dinheiro, abrangia grande parte da atual América Andina, com centro político em Cuzco, estava baseado no *ayllu* enquanto unidade territorial. Cada *ayllu* era constituído por uma comunidade que tem algum antepassado em comum. Nesses *ayllus* a propriedade comum da terra era periodicamente distribuída em lotes (*tupus*) entre os membros da comunidade de acordo com suas responsabilidades familiares, que os explorava individualmente. O *ayllu* é anterior à existência do sistema incaico, que o subordinou ao seu sistema de castas e, não só sobreviveu a esse sistema opressivo como, também, à conquista colonial espanhola e às repúblicas independentes, chegando aos nossos dias com as alterações que, criativamente, as comunidades, sobretudo as quíchuas, fizeram nas circunstâncias históricas que se apresentaram. A reciprocidade que Aníbal Quijano (Quijano, 2000) destaca em seus trabalhos emana dessas matrizes histórico-culturais e inspira valores que informam não só as práticas cotidianas como as lutas de resistência do indigenato e de muitas comunidades originárias tanto no campo como na cidade. Há, aqui, muito de mudança e muito de permanência.

Agregue-se que, na América Latina e no Caribe, há um componente étnico e racial conformando as classes sociais (Aníbal Quijano), que tem na monopolização das terras por brancos e seus descendentes *crioulos* sua base e, assim, entre nós a estrutura de classes é etnizada. A questão agrária emerge hoje não só em suas dimensões social e política, mas também epistêmica, impulsionada por movimentos que explicitam suas reivindicações territoriais, sejam eles afrodescendentes, indigenatos e povos originários, além de outros como os seringueiros, geraizeiros, retireiros (Rio Araguaia).

O arranjo espacial que as populações subalternizadas se viram criativamente obrigadas a conformar em contextos históricos no limite da sobrevivência (genocídio, etnocídio) nos mostra que invariavelmente ocupam áreas longínquas ou de difícil acesso ou desconectadas dos circuitos mercantis principais. Todavia, essas áreas hoje vêm se tornando estratégicas do ponto de vista hegemônico por meio da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia porque são áreas com grande diversidade biológica, água, energia e, mesmo, áreas extensas com relevo plano e grande disponibilidade de insolação, é dizer, são as áreas tropicais. Assim, áreas que, até recentemente ficaram relativamente à margem do desenvolvimento capitalista se tornam estratégicas, como o Oriente boliviano, o Chaco paraguaio e argentino, a Patagônia argentina (Gutiérrez, 2004), além dos Cerrados brasileiros, *la gran sabana* venezuelana e, ainda, toda Bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) que, sobretudo nos seus contrafortes andinos abriga uma diversidade biológica ainda maior, condição que se prolonga por toda a América Central, desde o Panamá até Puebla no México, onde a tropicalidade também

está associada a gradientes altimétricos na Sierra Madre, inclusive a região da Selva de Lacandona. Além dos enormes recursos de diversidade biológica e água, essas áreas abrigam, como já o indicamos, enormes recursos energéticos, sobretudo de gás – a Bolívia detém os maiores reservas da América desse recurso –, de petróleo na Amazônia equatoriana e peruana, assim como na fronteira colombiano-venezuelana e, também, no México.

Essas áreas são ocupadas por povos invisibilizados, muitos dos quais aqui estão há mais de 12.000 anos, ao contrário do que afirma a ideologia dos conquistadores que nomeia como vazios demográficos e desertos as áreas que querem submeter. Só mesmo a colonialidade do pensamento hegemônico pode ignorar o conhecimento tecido por esses diferentes povos nessa história milenar. Entretanto, essa mesma arrogância que nega a esses povos a condição básica de produtor de conhecimento foi muito pragmática, sabendo deles se aproveitar para ocupar os lugares e reconhecer seus recursos e explorá-los (Sérgio Buarque de Hollanda). Aliás, ainda hoje o faz por meio da etno-bio-pirataria, já que a bio-pirataria é incomparavelmente menos rentável. Afinal, o que os novos piratas¹⁶ se apropriam não é da planta ou do bicho, o que configuraria a *bio*-pirataria mas, sim, o conhecimento que os povos originários, os indígenas, os vários campesinatos, os afrodescendentes têm sobre as plantas e os bichos e, assim, é de *etno*-bio-pirataria que se trata. Mais uma vez, luta política e luta de racionalidades distintas. De um lado, temos o conhecimento acerca da natureza como conhecimento coletivo e comunitário *inscrito* na língua (oralidade), que está entre os homens e mulheres e não é de nenhum deles individualmente e, de outro, os que querem leis de acesso e de patentes, que só reconhecem o conhecimento quando feito em laboratório e que possa ser patenteado, que está *escrito*, enquanto propriedade privada e individual.

Em 1993, quando trabalhava no norte da Bolívia, no Departamento de Pando, ouvi de um camponês a afirmação: *não queremos terra, queremos território*. Pela primeira vez ouvira a expressão território falada fora do âmbito acadêmico ou de juristas. Comecei a entender que o território pode ser reinventado, ao vê-lo recusar o de debate sobre a reforma agrária nos marcos teórico-políticos ocidentais, onde a terra é vista como meio de produção, somente. Ali, ganhou forma uma idéia que já vinha percebendo nas minhas andanças amazônicas junto ao movimento dos seringueiros no Acre, junto

16 Os novos piratas, diga-se, de passagem, são as grandes corporações capitalistas dos setores de fármacos, da engenharia genética, de sementes industriais entre outros.

com Chico Mendes (Porto-Gonçalves, 2001a), onde pude aprender que, mais do que terra, eles queriam a floresta para se reproduzirem enquanto seringueiros. Ali, sequer era a terra o que pleiteavam, já que seu objeto de trabalho era a árvore da seringueira, embora também praticassem a pequena agricultura e criassem animais junto à casa e, ainda, a caça e coleta de frutos, resinas e medicina, como se diz em espanhol. As principais marcas na terra do que era de cada um, eram as próprias casas e seus roçados e, principalmente, a *estrada* com as árvores de seringueira que se percorre coletando látex. Tinham essas *estradas* a forma de um balão cuja boca se iniciava nas proximidades da casa. Por essa boca se adentrava a *estrada* a coletar o látex e por ela se saía retornando à casa. A área interna desse balão não era propriedade privada, mas partilhada com outras famílias que ali quisessem caçar ou coletar (Porto-Gonçalves, 2001a). Assim, combinavam apropriação familiar e comunitária dos recursos naturais. O fundamento conceitual do direito romano, que inspira o direito brasileiro consagrando a propriedade privada, não reconhecia essa forma de apropriação que combina propriedade familiar e área de uso comum dos recursos naturais embora no Acre, em 1970, aproximadamente 70% das terras estivessem ocupadas por essa forma de organização do espaço sem nenhuma regulação estatal. Sem dúvida, a resistência dos seringueiros contra os madeireiros e fazendeiros a partir dos anos 70 tem, aqui, uma de suas razões (Porto-Gonçalves, 2001a), 1998, 2003). Compreendi, assim, que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras *epistêmes*. Naquelas circunstâncias inventou-se uma determinada territorialidade, a *reserva extrativista*, onde inclusive se rompe com a tradição eurocêntrica de, como sempre, separar, ali, no caso, a natureza da sociedade, como se faz nas unidades de conservação¹⁷.

Conto essa história para falar da invenção de um conceito a partir de movimentos sociais cuja luta, vê-se, é um lugar próprio de produção de novos conhecimentos. A partir daqui não há como não trazer ao debate, pela sua atualidade, a correspondência trocada entre Karl Marx e Vera Zasulich, em que a intelectual russa conduz Marx a perceber de modo distinto essa combinação de terras familiares e terras comuns, tal como partilhadas pelos camponeses russos no *mir*. O entusiasmo de Marx chega ao ponto de afirmar que o *mir* russo

17 A apropriação e resignificação do vetor ecológico global pela luta camponesa é, aqui, evidente.

estava mais próximo do comunismo do que qualquer outra formação social¹⁸. E, para além do que tanto se falou sobre a tacanhez camponesa e sua propriedade individual familiar, é preciso resgatar que na origem do capitalismo está não o camponês, como se acreditou sobretudo com as análises de Marx sobre a diferenciação interna ao campesinato e o emburguesamento de sua camada superior (gentrificação ou culaquização), mas, sim, o cercamento dos campos (*enclousers*), o que implica dizer que, também lá na Europa, foi por meio da apropriação privada das terras comuns que se quebrou a unidade familiar-comunal camponesa¹⁹.

É o que vem sucedendo também nos últimos 30 anos no Planalto Central brasileiro, onde vastas áreas planas das chapadas cobertas por cerrados vêm sendo capturadas pelas grandes latifúndios empresariais do agronegócio, áreas essas historicamente usadas pelos camponeses como *campos gerais*, isto é, campos que pertencem a todos (*são gerais*). Ali, os camponeses usam os fundos dos vales para a agricultura, onde cada família tem seu próprio lote, e as chapadas como área comum (*gerais*). A reprodução camponesa se vê, assim, impossibilitada na medida que lhe são amputadas suas terras comuns num processo muito semelhante àquele analisado por Tomas Morus e por Karl Marx sobre o cercamento dos campos na Inglaterra. Um dos romances mais originais da literatura brasileira traz em seu título essa unidade das duas paisagens que dominam nossos cerrados segundo a lógica camponesa. Trata-se de *Grande Sertão, Veredas*, de Guimarães Rosa, em que o *grande sertão* são as chapadas e as *veredas* são os seus vales. Hoje, graças à iniciativa dos *geraizeiros*, camponeses organizados em torno do sindicato de trabalhadores rurais no município de Rio Pardo de Minas, em Minas Gerais, de ocupar esses *gerais* que vinham sendo plantados com monoculturas de eucalipto com sérias implicações hídricas e sociais, há uma aberta luta de reapropriação da natureza para estabelecer o uso combinado familiar-comunitário com a proposta de Reservas Agroextrativistas, numa reinvenção da Reserva Extrativista dos seringueiros da Amazônia. Há, assim, modos distintos de se apropriar da terra por meio de cultura distintas e, deste modo, é de territorialidades distintas que estamos falando.

18 Uma bela passagem de recusa ao evolucionismo linear característico do pensamento eurocêntrico que, por vezes, ronda o próprio Marx. Talvez o lugar de onde fala Vera Zasulich não permita essa linearidade, posto que na Rússia a contemporaneidade de temporalidades distintas nos lembre as mesmas contribuições de Mariátegui para a América.

19 Merece ser devidamente considerada essa histórica resistência do campesinato como formação social, talvez por essa habilidade adquirida por atuar entre o mercado, a que sempre compareceu, e o uso comum dos recursos naturais, que sempre praticou. Talvez mereça ser olhada com mais atenção a distinção sutil de Kautsky entre camponês e agricultor. A subordinação exclusiva ao mercado marcaria esse deslocamento.

O mesmo pode ser apontado com relação às populações negras e seus territórios de liberdade, os quilombos e *palenques*, inventados nas circunstâncias de regimes escravocratas desde o período colonial. Nesses espaços de liberdade invariavelmente as comunidades fazem *uso comum* dos recursos naturais (Oslender, Escobar). São espaços geralmente localizados em áreas de difícil acesso aos brancos conquistadores - ora afastados das principais rotas de exploração comercial, ora nos lugares de relevo acidentado, ora em lugares de mata cerrada, ora em lugares alagados, ora se aproximando de populações indígenas e de brancos pobres - o fato é que esses amplos espaços são, hoje, reivindicados por populações negras como territórios a serem reconhecidos. No Brasil, a Constituição de 1988 reconheceu, formalmente, o direito das populações remanescentes de quilombos, majoritariamente negras, a terem seus territórios demarcados, muito embora os procedimentos nesse sentido se façam morosamente. Talvez o Pacífico Sul colombiano (Tumaco, Buenaventura) guarde o melhor exemplo das lutas dessas populações afrodescendentes que, à semelhança do que fizeram os seringueiros brasileiros, também souberam capturar um dos vetores da ordem global, o ecológico, e resignificá-lo, aqui, afirmando que o território é igual a biodiversidade mais cultura, como explicitamente formularam (Escobar e Grueso). Na Colômbia já seriam cerca de 4 milhões de hectares demarcados desde o reconhecimento desses direitos dos afrodescendentes tornado possível pela nova Constituição de 1991. No caso da Colômbia, o reconhecimento formal de extensões de terras tão significativas tornaram as populações negras mais visíveis e, assim, mais expostas a ataques de grupos paramilitares, como tem sido o caso de massacres sucessivos na região de Urabá.

É ainda em torno da questão agrária que vai emergir um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina e Caribe, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil. Sua estratégia de apropriação de terras com seus acampamentos e assentamentos tem contribuído, tal como na Colômbia, para que as classes dominantes tradicionais, não acostumadas à lógica do direito mas, sim, à *lógica do favor*, apelem para a violência aberta, como o demonstram os grupos paramilitares colombianos e o aumento da violência privada no Brasil, como vem ocorrendo nas regiões de expansão dos grandes latifúndios produtivos do agronegócio, como demonstram fartamente documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2004). No primeiro ano do governo do Presidente Lula, cuja candidatura contou com apoio aberto do MST, não só aumentou a violência privada (número de famílias expulsas de suas terras, de assassinatos de trabalhadores rurais, de pessoas ameaçadas de morte no campo) como, também, da violência (tida como) legítima por parte do Estado, agora com a particularidade de uma ação repressi-

va descentralizada, por meio da ação dos poderes executivo e judiciário das unidades político-administrativas de nível imediatamente inferior ao governo nacional (os estados, como são nomeados no Brasil), com destaque para o estado de Mato Grosso, governado pelo maior produtor de soja no Brasil, onde foram registrados os maiores índices de conflitividade, de violência privada e de violência do poder público do país (Porto-Gonçalves, 2004c).

O MST mantém uma articulação política nacional com ampla capilaridade em todas as unidades administrativas do país, seja por meio de acampamentos ou de assentamentos onde, além da apropriação da terra enquanto condição material da vida, criam por todo lado escolas de formação cultural e política e, assim, se apropriam das condições simbólicas de produção. Há, pelo menos, duas dimensões territoriais da ação política do MST que merecem destaques. A primeira diz respeito à mobilização e recrutamento de populações sub-urbanizadas que constituem um universo sociogeográfico de enorme importância não só no Brasil, como no mundo todo. Ao que se saiba o MST é o primeiro movimento social que, enquanto tal, tenta promover uma inversão do fluxo migratório que vinha se fazendo em direção às grandes aglomerações (Porto-Gonçalves, 1996). O MST, ao organizar politicamente um movimento que revaloriza a terra e o campesinato, vai ao encontro de uma nova geografia do fenômeno urbano mundial nos últimos anos. Apesar da franca hegemonia da ideologia desenvolvimentista eurocêntrica, não é nos países industrializados que se encontra a maior parte da população urbana mundial. Hoje, de cada 10 habitantes em cidades no mundo, 7 estão na Ásia, na África e na América Latina e Caribe e somente 3 na Europa, EUA e Japão! A ideologia do urbano como ‘modelo de civilidade’ não corresponde à realidade cotidiana onde estão 70% da população urbana do planeta. Dos quase 3 bilhões de urbanos (2,923 bilhões), cerca de 924 milhões estão em favelas, sendo que dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e Oceania, segundo a ONU. Ou seja, a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos (Canadá, EUA, Japão e Europa)!

Na verdade, a significação dessas aglomerações *sub-urbanas* ensejou uma expressão - *periferia* - que indica que estamos diante de um fenômeno de outro tipo, nem urbano nem rural. A população dessas periferias, além da enorme vulnerabilidade ao risco de causa imediata natural - chuvas, enchentes, furacões, terremotos - vivem um ambiente de insegurança generalizado, onde a principal *causa mortis* entre jovens é o assassinato!

Se ainda hoje “a cidade conserva o prestígio que lhe fora atribuído pela Grécia Antiga, como lugar onde se forja a democracia e a

civilidade dos humanos” (Leff, 2001: 288), em nenhum sentido é a urbanidade e a civilidade²⁰ que encontramos em aglomerações como o Rio de Janeiro, a Cidade do México, Caracas, Bogotá, La Paz, Quito ou Assunção²¹. A violência é a mais aberta demonstração do quanto estamos longe de ter a mais elementar regra de civilidade de um regime democrático, isto é, o convencimento pela palavra, pela argumentação e não pela força ou pela bala. O crescimento da população vivendo em cidades no mundo não tem sido acompanhado pela cidadania! Nesse sentido, a politização dessas populações, para o que vem contribuindo em parte o MST, aponta para um fenômeno de maior envergadura e mais profundo do que o precário debate fechado nos marcos da ideologia moderno-colonial que continua a pensar de modo evolucionista unilinear (Porto-Gonçalves, no prelo) como se a humanidade tivesse condenada ao mesmo percurso dos países da segunda modernidade com o êxodo rural e a urbanização. O grande número de vítimas da tragédia que recentemente atingiu o Índico asiático e africano, no tsunami de 2004, devemos atribuir a essa desruralização sub-urbanizadora que vem acometendo a humanidade inteira com a expansão do capitalismo e sua ideologia moderno-colonial.

A segunda dimensão territorial a ser destacada nas práticas do MST, aqui junto à Via Campesina, diz respeito à urbanização da questão agrária por meio da politização do debate técnico. Paisagens monótonas de monoculturas indicam não só que outros desenhos paisagísticos estão sendo suprimidos (expulsão de populações originárias, de afrodescendentes e de campesinatos vários), como estão associadas a desequilíbrios ecológicos (vaca louca, pneumonia asiática, gripe do frango, *stress* hídricos, erosão de solos e de diversidade genética) e a um regime alimentar midiaticamente induzido²². É a questão básica, não da produção de alimentos, mas da reprodução que está em jogo na luta pelo controle das sementes que, no fundo, é uma luta pelo modo de produção nos sentidos material e simbólico do modo de comer que caracteriza cada cultura, cada povo. Assim, o debate em torno da transgenia é, também, político e epistêmico.

20 Os dicionários ainda acusam que urbano é sinônimo de educado, assim como urbanidade é sinônimo de civilidade.

21 Ou, ainda, em Bombaim, Lagos ou Johannesburgo, ou onde vivem os mais pobres de Nova Iorque, Paris ou Tóquio. Segundo a ONU, 53 milhões da população favelada do mundo vive nos países do primeiro mundo!

22 E. Thompson em *Costumes em Comum* nos chama a atenção que a geração pós-anos 60 é a primeira na história da humanidade em que a produção de necessidades escapa aos círculos de socialização primário, como a família, por exemplo. Cada vez mais quem produz as necessidades são as máquinas midiáticas.

Há, ainda, muitas outras lutas emancipatórias com forte conteúdo de autonomia e que sinalizam para outras territorialidades, como o indicam o *Cabildo Abierto*, nascido da Guerra del Agua em Cochabamba no ano 2000; as comunidades de *vecinos* (operários e indígenas sub-urbanizados que mantêm relações de reciprocidade) de La Paz e El Alto; as Juntas de Bom Governo dos Caracoles zapatistas; as organizações de base distrital e comunitária dos indígenas e camponeses equatorianos (CONAIE e Pachakutik); o indigenato do Chapare, na Bolívia, que emerge na luta contra a erradicação da coca e, assim, em confronto aberto contra o imperialismo; entre os *piqueteros* argentinos. A reciprocidade e a autonomia se fazem aí presentes, sob relações que combinam o que é familiar/individual e o coletivo e/ou comunitário e que ensejam, na sua própria base, a necessidade do diálogo, no sentido forte da palavra, até porque muitas de suas normas consuetudinárias têm que ser agenciadas na presença do outro para entrarem em vigência, como se vê sobretudo entre os descendentes dos povos originários, de camponeses ou de afro-descendentes. Afinal, são normas que estão *inscritas* nos seus corpos e não *escritas*. Implicam, assim, protagonistas que ajam com corpo presente para ouvir a palavra do outro. Muitas dessas populações carregam consigo a modernidade até por a terem experimentado pelo seu-outrolado colonial, desde sempre, e se vêem tendo que dialogar com o outro, o que vêm fazendo sob condições de subalternização. *Sabem* a modernidade por tê-la *saboreado*²³ pelo seu lado amargo, mas o fazem a partir de recursos epistêmicos próprios, resignificados e atualizados. Comportam, assim, uma gnose dupla (Mignolo, 2003).

É fundamental que atentemos para essas novas territorialidades que estão potencialmente inscritas entre esses diferentes protagonistas e que se mobilizam com/contra os sujeitos e as conformações territoriais que aí estão em crise, tentando identificar suas possibilidades e seus limites emancipatórios. Há novas conflitividades se sobrepondo às antigas. Nessa imbricação de temporalidades distintas a questão do território se explicita com a crise do Estado.

Muitos dos movimentos acima arrolados se voltam para lutas de caráter local e regional num processo contraditório que tanto pode apontar para perspectivas emancipatórias, como para afirmar perspectivas hegemônicas que, como sabemos, procuram segmentar, dividir. Ao mesmo tempo, é possível identificar nas estratégias hegemônicas a importância que emprestam ao controle do aparelho do Estado centralizado. Nunca o capital conseguiu um tal controle desse aparelho estatal centralizado

23 *Saveur e savoir*, sabor e saber.

como hoje, ao mesmo tempo que mantém uma ideologia neoliberalizante de estado mínimo por meio dos seus intelectuais e da mídia.

O Estado Territorial soberano é pressionado por cima pelas grandes corporações empresariais globais para constitucionalizar seu direito à livre circulação e outros direitos supranacionais; além disso, é de onde vêm combatendo a universalização de direitos, tal como os movimentos operários e populares o propugnam, desenvolvendo a estratégia de reconhecer o direito à diferença mais do que o direito à igualdade.

A correlação de forças e a intensidade com que cada protagonista com potencial emancipatório se apresenta no interior de cada país é muito distinta e, assim, qualquer generalização deve ser feita com cuidado. Assim, embora políticas de afirmação da diferença venham sendo incorporadas em diferentes reformas constitucionais em diferentes países, a análise das possibilidades e limites de um ponto de vista emancipatório pode ser melhor aferida a partir daqueles países em que os movimentos que protagonizam essas propostas alcançaram maior visibilidade política. Tomemos, então, o exemplo do Equador que, talvez, mais que qualquer outro país tenha incorporado em sua Carta Magna a idéia de um pluralismo jurídico que declara os direitos dos povos indígenas. Ali, a legalização do pluralismo jurídico vem sendo entendida como um elemento do que chamam *empoderamento*²⁴ (sic) dos povos indígenas, com o fortalecimento da jurisdição indígena. Todavia, como anota Assies (Assies apud Walsh, 2002: 4), “la legalización bien puede ser un dispositivo en la tecnología del poder, dominación y domesticación”. Por isso, não há nada inerentemente progressista ou emancipador no pluralismo legal (Sousa apud Walsh, 2002: 7). Catherine Walsh assinala, ainda, que “o mero fato de que exista mais que um sistema (jurídico), não assegura que haverá justiça adequada e apropriada. Não se assegura que a suposta superioridade do direito positivo e estatal não se imporá sobre o outro, que os direitos individuais e os direitos coletivos não entrarão em contradição, ou que o problema das relações de poder e dos conflitos interculturais desaparecerão. Tampouco assegura uma consideração da real complexidade da diversidade - tanto étnica como de gênero, classe social, localização geográfica -, nem uma mudança imediata nas crenças e atitudes das pessoas. De fato, e como bem assinala Albó (2000), demasiadas vezes complica a situação prévia. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, na aplicação contraditória de conceito de *território* dentro dos mesmos direitos coletivos. Ao outorgar títulos de propriedade coletiva, o Estado reconhece os donos

24 Empoderamento. Essa substancialização do poder vai contra tudo que a ciência política e a filosofia acrescentaram nos últimos 30/40 anos. É como se o poder fosse uma coisa que se pudesse dar a alguém.

ancestrais, mas ao dar concessões territoriais a companhias de extração mineral (como as petroleiras, etc.), define a partir de sua própria racionalidade (e interesse econômico) o que é e o que não é *território*. De fato, ao excluir a água e o subsolo e limitar o conceito de território à superfície, rompe com as bases tradicionais e esquemas culturais sobre as quais os direitos coletivos supostamente se fundam.

[...] O pluralismo jurídico parte da necessidade de uma interpretação pluricultural das leis, é dizer, do reconhecimento de diferentes funções, contextos e fins sociais das distintas normas jurídicas. Neste sentido, o pluralismo jurídico reflete uma aplicação da pluriculturalidade oficial²⁵ [...]: acrescenta um sistema baseado no reconhecimento e inclusão indígena à estrutura legal, sem fazer maior transformação em termos de outro sistema não-indígena. *O propósito é dar atenção e cabida à particularidade étnica, não a repensar a totalidade.*

[...] Com a necessidade de normatizar e codificar em forma escrita os procedimentos e práticas vivenciais que, com os anos, vêm sendo constantemente re-criados, vem a tendência de generalizar e homogeneizar a interpretação do “dever ser” (Albó apud Walsh, 2002) ao fazer ressaltar a diferença oposicional entre o sistema (e não os sistemas) indígenas e o sistema ocidental-estatal. A existência do que alguns autores chamam *hibridismos* ou *sincretismos* jurídicos, é dizer, os processos sociais dinâmicos da construção de fronteiras (Assies, 2000) e *a habilidade e prática que existem em muitas comunidades de mover-se entre sistemas e esquemas de administração de justiça* (mais uma vez os grifos são meus), normalmente ficam fora da codificação. E, por isso, o “dever ser” escrito pode converter-se em outra imposição” (Walsh, 2002: 7-8. Os grifos são meus)..

Sugerir que o problema da interculturalidade é simplesmente um problema do tratamento dos indígenas e não um problema histórico e estrutural de toda a sociedade pode cair em fundamentalismos e etnicismos que muitas vezes servem para promover a segmentação e separação. Também é ceder frente à necessidade de construir uma proposta civilizatória alternativa a um novo tipo de estado e a um aprofundamento da democracia (Ramón apud Walsh, 2002) que comprometa a todos.

Xavier Albó (Albó apud Walsh, 2002) em artigo recente insiste nas abordagens que informam práticas políticas unidirecionais e que, segundo ele, *num mundo cada vez mais entrelaçado*, deveríamos estabelecer o *diálogo em ambas direções*. Catherine Walsh, no mesmo sentido, aponta que ‘não devemos reproduzir a polarização tão comum no di-

25 Aqui, a autora está enfatizando a distinção entre a interculturalidade, que defende, e a pluriculturalidade.

reito positivo, entre um direito absolutamente individual ou absolutamente coletivo à propriedade, por exemplo. Tampouco é de presumir que o direito consuetudinário deva evoluir para o direito “positivo e ordinário” (o que supõe, ironicamente, que o consuetudinário é “negativo” e “não-ordinário”). Melhor, como sugere Albó, é buscar um enriquecimento e possível convergência intercultural jurídica, que também permita incorporar de baixo para cima alguns princípios subjacentes no direito indígena ao direito estatal e, por sua vez, construir uma convivência social onde a diferença e a igualdade possam começar a entrelaçar-se” (Walsh, 2002: 9).

Temos, assim, o que podemos chamar de autonomias débeis, como vem ocorrendo com os territórios reconhecidos e destinados tanto aos afrodescendentes, aos indígenas e a outras populações socioculturalmente diferenciadas, como o seringueiros, os retireiros, as mulheres quebradeiras de coco de babaçu, como se pode ver no Brasil, na Colômbia, no Equador, no México. Nesses casos, cada uma das diferentes territorialidades vêm se mantendo à margem das outras e, assim, a diferença tende a perder seu dinamismo como decorrência do próprio isolamento (gueto)²⁶. Destaquemos que, entre nós latino-americanos e caribenhos, o se mover entre códigos é, desde o grande encontro de 1492, um componente estruturante de nossa formação moderno-colonial.

Nessa tensão de territorialidades, o coletivo/comunitário se coloca quase sempre contrário à exclusividade da propriedade privada que, sendo espaço de uso exclusivo, é, já aí, de exclusão; é a base do espaço mutuamente excludente, da soberania absoluta, que subjaz ao conceito de território nas matrizes hegemônicas do pensamento moderno-colonial. Assim, é preciso que superemos a lógica dicotômica, a lógica do isso *ou* aquilo e, definitivamente, aceitemos as lógicas relacionais, plurais e que nos apontem para territorialidades de outros tipos.

Nesses diferentes movimentos com potencial emancipatório é possível identificar algumas características importantes, como (1) a luta pela apropriação das suas condições materiais de produção (água, gás, energia, biodiversidade, terra, só para ficarmos com as explicitadas) assim como da criação das condições para sua própria reprodução simbólica (escolas, universidades livres, rádios comunitárias, posses de *rappers*). Na junção dessas duas dimensões é que a invenção de territórios ganha sentido, na exata medida que comporta as dimensões material e a simbólica geograficamente conformadas. Além disso, a formação social que enseja a existência desses movimentos implica, como vimos insistindo, (2) a conformação

²⁶ Aqui, as teses de John Holloway têm muito a nos dizer.

simultânea de grupos, segmentos, classes, etnias, comunidades, estamentos, camadas, enfim, distintas formações de sujeitos sociais que buscam se realizar por meio de diferentes escalas e conformações territoriais. Walter Mignolo (Mignolo, 2003) caracterizou essa multi-escalaridade como histórias locais e projetos globais que se conformaram reciprocamente.

Aqui, nessas experiências de conformação de novas territorialidades a partir de diferentes *topoi* e suas diferentes *epistêmes*, há uma modernidade sofrida que, como tal, comporta uma dimensão de emoção que a razão moderna enquanto gozo pode manter separada. Nelas há uma exigência de proximidade – *somos olvidados, não somos vistos, somos abandonados* – que exige que a política lhe seja algo mais próximo, mais presente, ao contrário das hierarquias, das representações, das centralizações. Ao buscarem se apropriar das condições materiais de produção e de reprodução (escolas, universidades livres, rádios comunitárias e posses) retomam uma tradição do próprio movimento operário. A cultura toma um lugar de destaque, tanto quanto fora decisiva para construir uma cultura operária de classe²⁷. O abandono dessas práticas que conformaram uma cultura operária própria (associações de ajuda mútua, clubes e escolas próprios) é, em grande parte, responsável pela apatia e pelo consumismo, sobretudo, quando passou-se a privilegiar o controle do Estado com a forma partido (Zibechi, 2000). A presunção universalista do pensamento hegemônico eurocêntrico, além do legado de genocídio, de etnocídio e de ecocídio já devidamente demonstrados, nos legou também um enorme desperdício de experiência (Boaventura de Sousa Santos), na medida que impediu a humanidade de conhecer diferentes instituições inventadas em diferentes circunstâncias e que bem poderiam inspirar outras formações sociais, e a cada um, na invenção criativa de soluções para seus próprios problemas. Somente a presunção universalista eurocêntrica pôde acreditar que o Estado Territorial centralizado, com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, agora, o Mercado, pudessem ser uma Panacéia.

Não tem sido tranqüilo, nem recente, esse caminhar em busca de novas conformações territoriais. Diferentes movimentos sociais experimentaram contradições quando buscaram articular outras escalas de poder, sobretudo, a nacional. A Revolução de base indígena-campesina mexicana de 1910 nos deu um Partido Revolucionário Institucional que substituiu seus protagonistas e submergiu na corrupção; os revolucionários russos de 1917 se viram diante do dilema entre centralismo e conselhos (*soviets*) e acabaram privilegiando a forma partido e o fortalecimento

27 Insisto na tese de que há uma questão territorial implicada nessas diferentes conformações territoriais: a escala nacional implica hierarquia de lugares enquanto hierarquia de poder. A conformação territorial não é indiferente às formações de grupos e classes que se constituem no e pelo espaço.

do Estado e, com isso, paradoxalmente esvaziaram a própria política em nome da administração colocando os gestores no lugar da autogestão²⁸. Os exemplos poderiam ser multiplicados. Recentemente, mesmo movimentos sociais que vêm se apresentando como alternativa à forma partido, têm se vistos enredados no mesmo desafio. Os zapatistas, mesmo lançando mão de recursos originais de mobilização e organização, combinando desde manifestações presenciais (marchas e bloqueios de caminhos), como virtuais (internet) até os de negociação política, como os Acordos de San Andres, se viram derrotados no Parlamento e tiveram que retomar seu poder de organizar sua própria casa (*Caracoles*) e estabelecer suas *Juntas de Bom Governo*. Os seringueiros brasileiros sabem o que vem significando abandonar suas próprias escolas e cooperativas ao deixar nas mãos do Estado a iniciativa da gestão dos seus territórios e ao abandonar o terreno da luta política junto aos demais trabalhadores e aos Povos da Floresta, como quando, com Chico Mendes, afirmavam que *a reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros*. O movimento Pachakutich, no Equador, que vinha apostando na organização de base comunitária e distrital e recusando a hierarquia nacional com sua proposta de *confederação de comunidades*, vem experimentando os desafios e as contradições de se inserir na escala nacional quando se envolve com as instituições de representação nacional e se aproxima do governo de Lucio Gutierrez.

Ao mesmo tempo, não podemos olvidar que diferentes movimentos sociais, desde os Povos da Floresta da Amazônia brasileira, nos anos 80, aos afrodescendentes do Pacífico Sul colombiano, ao zapatismo e ao MST nos anos 90, vêm manejando um complexo jogo de escalas local-regional-nacional-mundial contribuindo para a reconfiguração geopolítica onde outras territorialidades, com base em outros valores com forte potencial emancipatório vêm sendo ensejados, como vemos em Chiapas, Seattle, Gênova e Porto Alegre²⁹. Lutas locais/regionais articuladas glo-

28 O movimento dos desurbanistas russos nos anos que antecederam e se seguiram imediatamente à revolução percebeu essa dimensão espacial do poder e, até onde pôde, tentou colocar a democracia de base soviética em oposição ao plano quinquenal elaborado por *experts*. Percebeu que a velha distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual conforma e estrutura classes (Rodrigues, 1973).

29 Tal como o feminismo, está em curso uma revolução de tempo longo (Antonio Gramsci) onde novos valores vêm sendo gestados e que podem ser vistos até mesmo na onda de solidariedade mundial que se seguiu aos trágicos acontecimentos provocados a partir do tsunami de dezembro de 2004. Ali, nem mesmo os estados mais insensíveis à injustiça social, com seus políticos, com seus burocratas e com os seus ícones de celebridades midiáticas que conformam a ordem globalitária que-aí-está (Santos, 2001) puderam ficar insensíveis àqueles dramas humanos. Do ponto de vista hegemônico, há que se disputar aos movimentos emancipatórios a solidariedade para o que, sem dúvida, uma catástrofe com causa imediata natural pode ser uma boa oportunidade. Todavia, os fatos o comprovam,

balmente, ora passando pela escala nacional, ora passando ao seu largo. A articulação para além da escala nacional que esses movimentos vêm estabelecendo tem conseguido inibir o poder-sobre (Holloway, 2003) regional-nacional ao ganhar visibilidade política. Todavia, não têm conseguido, até aqui, oferecer uma alternativa à territorialidade moderno-colonial que se constituiu contra as comunidades, contra o lugar, contra os do lugar, por meio do Estado Territorial Monocultural e as relações assimétricas à escala mundial que sustém e que os sustentam. Enfim, essa passagem da escala local, comunitária, para outras escalas, seja ela regional, nacional ou mundial, é um dos maiores desafios dos movimentos sociais para a conformação de outros territórios³⁰.

Não se trata, pois, de reificar nenhuma conformação territorial *a priori*, seja ela qual for. Já vimos que os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam.

Se o poder-fazer (Holloway, 2003) implica a escala local, ao retomar em suas próprias mãos as condições materiais e simbólicas de produção/reprodução, como vimos, é preciso considerar que redes e articulações supralocais vêm sendo engendradas por meio de forças como o EZLN, no México; o MST, no Brasil, o Pachakutick e a CONAIE, no Equador; o MAS e a COB, na Bolívia; as FARC, o

a magnitude daquela tragédia se deu não só pela excepcionalidade natural do tsunami mas, sobretudo, pela situação de extrema vulnerabilidade social a que estão submetidas enormes parcelas da população que, paradoxalmente, são o objeto das lutas dos movimentos por justiça social, ambiental e cultural que, invariavelmente, têm sido invisibilizados, quando não desqualificados, por intelectuais e pela mídia. Caberiam, ainda, dois comentários ligeiros: 1- Os eventos dramáticos de 2004, tal como o Titanic, foi uma tragédia que atingiu não só o andar de baixo da sociedade mas, também, da mais alta burguesia que gozava, ali, do privilégio de um turismo que se coloca como um dos mais caros do mundo; 2- A temporada intensa de furacões de 2004, no Caribe, teve em Cuba seu menor número de vítimas, o que mereceu elogios da ONU. Assim, não é o PIB maior ou menor que explica a vulnerabilidade da população.

30 O surgimento do Estado Territorial, tal como hoje o conhecemos, se deu (1) com o estabelecimento da norma escrita (Direito Romano) e com o deslocamento dos modos de produção/reprodução sociais fundados na oralidade, nos costumes, no corpo a corpo e (2) com o monopólio da violência e a delegação do poder a um soberano. Não olvidemos que toda essa arquitetura política se ergueu tendo em vista as lutas camponesas que grassavam de modo cada vez mais intenso contra a opressão e a miséria na Idade Média europeia. A constituição de Exércitos centralizados implica o poder de cobrar impostos e, assim, se apropriar de modo centralizado de excedente social. Atentemos, pois, para o sentido de Exército, que significa *o poder em exercício* – ação, verbo - e, assim, substantiva-se – *Exército* -; tanto quanto *Imposto* é o que é *imposto* e, assim, *o ato de impor* – ação, verbo – também se substantiva enquanto Imposto coisa.

ELN, ONIC – Organização Nacional Indígena de Colômbia e o CRIC – Conselho Regional Indígena de Cauca, na Colômbia entre tantos outros. Álvaro Garcia Linera num artigo sob o significativo título de *Democracia Liberal versus Democracia Comunitária* explicita a questão das territorialidades quando nos diz: “Agora, é certo que estas técnicas de democracia e cidadania comunitárias regidas por outros parâmetros morais e políticos distintos aos liberais e efetivadas através de instituições não partidárias de tipo associativo e assembleístico têm uma existência preponderantemente local e regional. Sem dúvida, em distintos momentos da história mostram que estes sistemas podem articular-se em sistemas macro de democracia, abarcando a milhares de comunidades, a numerosos grêmios e bairros, tanto no âmbito urbano como rural, assumindo a forma de exercício democrático em grande escala (federações sindicais provinciais, federações ou confederações de *ayllus*, bloqueios de caminhos, sublevações, participação eleitoral, etc)”. (Gracia-Linera, 2001: 09). É possível identificar uma cartografia (ver mapas de Ana Esther Cedeña) que nos revela essa tensão de territorialidades onde há uma nova geografia sendo gestada.

AS NOVAS TERRITORIALIDADES VINDAS DO URBANO SUBALTERNO

A América Latina e o Caribe, desde os anos 70, vem passando por um profundo processo de desruralização e sub-urbanização. Essa profunda transformação tem como pano de fundo a concentração do capital e da propriedade fundiária, por meio da revolução verde e do agronegócio, ao mesmo tempo que concentra a população em aglomerados sub-urbanos, verdadeiros cinturões de miséria em todas as capitais e principais cidades da região. Acrescente-se, ainda, que nos países andinos e na América Central esses sítios urbanos estão localizados, via de regra, sob condições geológicas sujeitas a abalos sísmicos e com topografias acidentadas que estão, ainda, sujeitas a temporadas de furacões e chuvas torrenciais, o que torna as populações desses aglomerados sub-urbanos mais sujeitas às intempéries do que quando estavam nas zonas rurais. *Triste urbano* poderíamos dizer parodiando Lévy-Strauss.

Ao contrário do que se passou na Europa e nos EUA em que a aglomeração em sítios sub-urbanos se deu ao mesmo tempo em que crescia a industrialização, aqui, nos últimos 30/40 anos e, sobretudo, depois dos anos 80 - a *década perdida* - e do período neoliberal dos anos 90, ocorreu uma verdadeira des-industrialização do que, talvez, a Argentina, seja o caso mais emblemático, com um significativo empobrecimento da população num período relativamente curto de 10 anos de políticas de ajuste estrutural. O mesmo se passou com o Uru-

guai que de *Suíça latino-americana* passou a ser, segundo Eduardo Galeano, *uma fábrica de pobre*³¹.

O primeiro momento do processo de crescimento das aglomerações sub-urbanas da região, nos anos 1950/60, foi experimentado pela população em meio a governos populistas, muitos de corte nacionalista, que, desde a revolução cubana e o medo do novo haitianismo que se seguiu, serão objeto de enormes pressões com a instauração de ditaduras que abriram espaço às políticas neoliberais. Há um passivo macabro, de torturas e de mortes, que antecedeu a onda neoliberalizante entre nós.

Desde o período populista que as camadas pobres sub-urbanas começaram a se apropriar de espaços públicos para a construção de sub-habitações nas favelas, alagados, *vilas misérias* e *barríos*. Na cidade de São Paulo, a maior do Brasil, mais de 70% das habitações eram, nos anos setenta, auto-construídas. Nessas auto-construções há que se considerar o lugar das relações de parentesco, a reciprocidade e outras formas de ajuda mútua, enfim, dos valores comunitários oriundos seja do campesinato, ou dos povos originários, estes sobretudo nos países onde é grande a proporção de populações originárias – Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Guatemala, México e no sul Chile. É comum nessas aglomerações sub-urbanas se reproduzirem bairros das comunidades camponeses e indígenas de origem, onde as relações de parentesco conformam comunidades de *vecinos*. São ruralidades que se reinventam nos espaços sub-urbanos fundamentais na re-territorialização dessas populações. Redes de emprego informais, mutirões para construção de casas e famílias ampliadas conformam de tal forma redes de socialização primárias que até mesmo um sistema de saúde *sui generis*, o de médico de família, foi desenvolvido a partir de Cuba e, hoje, se difunde por vários países. Assim, mais do que o Estado que, na Europa, assumiu a gestão da saúde, por aqui o Estado vem se apoiando nessas relações sociais primárias fundamentais. Grande parte da resistência que se vê em La Paz e El Alto, na Bolívia, em outubro de 2003, por meio das comunidades de *vecinos*, não se compreende fora desse quadro de conformação de novas territorialidades sub-urbanas.

Nessas mesmas cidades, entretanto, vemos um contra-urbanismo de espaços fechados de *shoppings centers* e de condomínios fecha-

31 Não resta dúvida que a reestruturação produtiva em curso visou, com sua revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia, diminuir as conquistas dentro da ordem, como costumava falar Florestan Fernandes, que o proletariado havia alcançado, sobretudo, nos países hegemônicos. Relembremos que a primeira experiência do que, depois, viria a ser conhecido como política neoliberal, se deu no Chile após o massacre que se seguiu à experiência do governo democrático-popular e socialista de Salvador Allende.

dos das classes médias e burguesas. A unidade dessas cidades se mantém por meio de relações sociais e de poder injustas que se agrava, ainda mais, com a crise das relações tradicionais de dominação com a implementação das políticas de ajuste estrutural e o seu supranacionalismo constitucionalista. As políticas sociais ancoradas em direitos sociais, coletivos e trabalhistas, ainda que precárias sob os regimes políticos tradicionais, são substituídas por políticas focalizadas em grande parte intermediadas por organizações não-governamentais. O aumento da pobreza associado a reformas do Estado mais preocupadas com a pessoa jurídica do que com a pessoas física, diferença específica entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo atual, tem ensejado um enorme crescimento dessas organizações posto que, afinal, *'hay pobres para todos'* (Alberto Soto). Na ausência de políticas de habitação e com o crescimento espacial (horizontal) das *periferias*, até mesmo a busca de emprego formal torna-se mais difícil diante dos preços dos transportes coletivos que se tornam exorbitantes. Cresce não só o chamado emprego informal, - muitos, na verdade, auto-emprego - que assim vem se juntar à auto-construção já assinalada, cujos limites a própria expansão horizontal da malha sub-urbana configura. O surgimento do movimento de Sem-Tetos em vários países da América Latina assinala não só esse componente sociológico e geográfico que estaria estimulando a emergência desses movimentos mas, sobretudo, a retomada da iniciativa política da multidão (Negri e Hardt, 2001). Não olvidemos o componente anti-capitalista do movimento dos sem-teto (Xosé Santos, 2001) que, mesmo não se fazendo a partir das fábricas, lugar da produção, mas da casa, *locus* da reprodução familiar, coloca-se de modo frontal contra o caráter-mercadoria da habitação, questionando o princípio da propriedade privada em nome do direito à habitação enquanto valor de uso.

Redes de troca, comércio solidário e outras formas de auto-ajuda vêm se constituindo nessa verdadeira reinvenção de novas relações societárias, muitas inspiradas em valores tradicionais, em resposta criativa à ampliação da pobreza nesses espaços sub-urbanizados. Na Argentina onde a des-industrialização foi mais profunda, até porque era um país mais industrializado que os demais, emerge um dos movimentos urbanos mais importantes entre os que apontam potencial emancipatório: os *piqueteros*. E, para além das razões sociológicas que possamos assinalar nessas experiências, destaquemos a sua dimensão política, onde mais do que o que reivindicam, importa o modo como o fazem: retomam os *piqueteros* em suas próprias mãos as condições materiais e simbólicas (escolas, universidades livres, rádios comunitárias), onde os desempregados em geral vêm desenvolvendo relações sociais e de poder; enquanto arte de estar-juntos, marcadas pela autonomia e pela horizontalidade (Zibechi, neste livro).

As fábricas recuperadas (Zibechi e Gambina nesse livro), fenômeno que cresce sobretudo na Argentina, são mais um exemplo desse retomar o poder-fazer, (Holloway, 2003). Todavia, gostaria de destacar uma situação em particular pelo que ela sinaliza enquanto mais uma territorialidade emancipatória emergente. Trata-se do caso da fábrica de cerâmica Zanon, localizada em Neuquen, por suas relação com os indígenas mapuche. Quando a fábrica estava sob o controle dos capitalistas, havia uma tensa relação com os indígenas de onde os capitalistas retiravam a argila para a cerâmica pagando-lhe um preço vil. Recuperada a fábrica pelos trabalhadores, foram eles negociar em outras bases com os mapuche, que se recusaram a receber qualquer dinheiro pela argila, pelo simples fato de terem sido considerados e consultados pelo uso de recursos de seu território. Aqui, mais uma vez, outras territorialidades em curso, e território não-mutuamente excludente, já que admite o uso dos operários e o respeito à dignidade indígena ao mesmo tempo no mesmo espaço. Não era o preço injusto que indignava os mapuche.

Há outras territorialidades com forte potencial emancipatório que emanam dessas contraditórias e injustas cidades latino-americanas e caribenhas e que se expressam a partir do componente étnico-racial de nossa formação social. As manifestações conservadoras da oposição na Venezuela de hoje são, sobretudo, de brancos dos bairros de classe média, enquanto as manifestações em defesa da ‘revolucion bolivariana’ são, sobretudo, de mestiços, negros e indígenas. O mesmo pode ser observado em La Paz e El Alto. A formação das classes sociais entre nós guarda esse componente étnico-racial por todo lado, em maior ou menor grau.

Agregue-se hoje, em função de economias de crescimento pífijs e diante de processos de des-ruralização e sub-urbanização intensos, um fenômeno específico e de enorme potencial emancipatório representado pelos jovens pobres dessas periferias sub-urbanas. O movimento Hip Hop é o que melhor vem expressando essa reinvenção da política, não só pela revalorização da palavra, por meio dos *rappers* com suas poesias (rap), como também vem grafando a cidade que os invisibiliza com seus grafites e ocupando a cidade com suas danças de rua, o *break*. Retomam, assim, sua capacidade de simbolizar o real de modo próprio, quase sempre se apresentando como uma possibilidade de reinvenção da mesma cidade que os meios de comunicação de massas vê pela ótica do medo, da violência e da criminalidade e da criminalização dos pobres.

Visto durante muito tempo pela ótica hegemônica, com todo seu preconceito contra os pobres, ‘quase todos pretos’, como diz Caetano Veloso, como sendo um movimento sob influência da cultura hegemônica estadunidense, o Hip Hop, pouco a pouco, foi se afirmando não só como um movimento de reinvenção simbólica, mas também de invenção de redes próprias de economia num contato estreito com as novas possibilidades tecnológicas e suas facilidades de reprodução fonográfica. Um

dos grupos de *rap* mais críticos do Brasil, o Racionais MC, vendeu mais de 1 milhão de cópias de seu primeiro CD o que, por si só, dá conta da sua capacidade de produção autônoma e de falar criticamente para além dos meios hegemônicos do *mass media*. Considere-se, ainda, os *shows* realizados, sobretudo em finais de semana, e seus operários, DJs e toda a economia que gira em torno desse complexo político-econômico-cultural. Aqui, assim como nos vários movimentos que antes apontamos, não só se apropriam das condições materiais de produção (de *shows*, de CDs, de grafites) como, também, das condições de reprodução simbólicas com sua própria estética poética e plástica, inclusive, a corporal - o *break*.

Mais do que cultura hegemônica estadunidense, o Hip Hop é um movimento que pode ser entendido como uma das melhores expressões das territorialidades emancipatórias que emergem no contexto da colonialidade de poder nesse período neoliberal. É um amálgama da cultura negra da Jamaica e suas trocas com as periferias das grandes cidades dos EUA, resignificando politicamente essas periferias jamaicano-estadunidenses-mundiais por meio da arte. No contexto latino-americano, esse movimento valoriza a cultura daqueles que são os mais pobres entre os pobres, dada a racialidade que comanda a formação social do sistema-mundo moderno-colonial. Tal como os chicanos, há aqui trocas que reinventam mundos de vida multiterritorializados que apontam para outras conformações territoriais já em curso.

DE MOBILIDADE E DE MULTITERRITORIALIDADES

A livre mobilidade da população, já nos ensinaram Adam Smith e Karl Marx, é fundamental para o desenvolvimento do capital. Assim, por todo o lado onde as relações sociais e de poder capitalistas começam a se afirmar, o direito de ir e vir se sobrepõe ao direito de ficar, direito esse quase nunca enunciado nos marcos liberais, enquanto manifestação de liberdade. Afinal, admiti-lo seria admitir as territorialidades que se fazem com forte ligação à natureza, como a quase totalidade daquelas que não são movidas pelo capital. Sabemos como os países hegemônicos nos primórdios da industrialização não só promoveram uma intensa des-ruralização e sub-urbanização, bem caracterizado por F. Engels em seu *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 1986) como, não conseguindo dar conta das reivindicações desses migrantes sub-urbanizados³², promoveram a emigração, sobretudo, para os EUA, o Canadá, a Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, sul

32 Marx anota em *O Capital* que a maior parte dos migrantes das cidades inglesas que se industrializaram no século XIX não sabia o que era a Inglaterra, pois mal conheciam qualquer lugar que não fosse seus condados rurais de origem.

do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Vimos, com Cecil Rhodes, como o imperialismo se apresentou como política deliberada enquanto resposta hegemônica para as contradições que o capitalismo apresentava no interior dos países hegemônicos. À época, as regiões subtropicais e de clima temperado fora da Europa receberam a população capitalisticamente excedentária daqueles países que, assim, resolveram com uma só tacada vários problemas: mão de obra disponível para a expansão do capital e, exportados os desempregados diminuía, também, a pressão política dos sindicatos. Pouco a pouco, a luta do proletariado passou a se mover no interior da lógica do capital em busca de maiores salários e outros direitos dentro da ordem (Lenin e Gramsci).

As várias conquistas democráticas que se seguiram à guerra de 1939-1945, sobretudo aquelas que colocaram em questão o racismo que, como já o indicamos, é estruturante da geopolítica do sistema-mundo moderno-colonial que nos comanda até hoje, abrirão importantes questões para compreendermos as novas territorialidades emergentes, em particular, as emancipatórias. Aqui, é interessante observar que o racismo exacerbado pelo nazi-fascismo ensejará todo um movimento político-cultural que nos conduzirá ao relativismo cultural (Claude Levy-Strauss) que tocará num dos pontos centrais de todo o alicerce que sustenta a ordem moderno-colonial que ainda aí está. E, mais interessante ainda, é que o racismo anti-semita nos conduz ao cerne da questão das territorialidades. Afinal, os judeus comportavam uma situação territorial *sui generis* na medida que eram um povo sem estado territorial. As melhores tradições judaicas, que já nos haviam legado Marx, Einstein e Simone Weil, além de tantos e tantas outras, e, ainda, um sionismo de corte socialista, será pouco a pouco também capturado por correntes hegemônicas e conservadoras que nos conduzirão à cisão israelo-palestina que, não sem sentido, se coloca como expressão maior de toda a tensão de territorialidade do mundo contemporâneo³³.

Se até 1945 a migração era um fenômeno que se dirigia da Europa para o resto do mundo, hoje temos a presença de afrodescendentes, de caribenhos, latino-americanos, turcos, indianos, paquistaneses e de tantos outros lugares se dirigindo para o próprio território dos países europeus e Canadá. A América, inclusive os EUA, já conheciam essas migrações múltiplas há mais tempo. Registre-se que a racialidade do sistema-mundo moderno-colonial chegou a tal ponto de tensão nos

33 Eduard Said (Said, 2000) afirmou que era mais fácil publicar seus textos em Israel do que nos EUA atribuindo o fato à maior aceitação pelos judeus israelenses da convivência com palestinos do que dos judeus estadunidenses, pela história, ali, vivenciada. Said chega a questionar, não sem uma certa ironia, o fato de os judeus estadunidenses apoiarem Israel com tanto empenho ... desde que de longe.

EUA dos anos de 1960 que precisou de amplas mobilizações de massas por direitos civis, inclusive com várias mortes políticas (Martin Luther King, Malcolm X entre tantos) para que os negros pudessem ter o direito a votar, o que só conseguiram em 1963.

Enfim, após 1945, generaliza-se um fenômeno que poderíamos chamar de multiterritorialidade que traz em seu bojo as contradições do sistema-mundo moderno-colonial que nos comanda. Nela, aqueles e aquelas que dispõem de melhores condições podem usufruir de todos os benefícios que a livre mobilidade proporciona. Já outros, migram em busca de alguma condição de trabalho em caminhões frigoríficos ou em navios que relembram os navios negreiros, quase sempre clandestinos e sob o comando de alguma rede mafiosa, que alimenta trabalho sub-humano no interior dos países hegemônicos. Entretanto, esses migrantes, muitos sem-documentos, enviaram para suas famílias na América Latina e Caribe em 2003, US\$ 38 bilhões, na maior entrada líquida de capitais para esses países, maior até que todo o investimento líquido obtido pelas políticas de ajuste estrutural que, diz-se, são feitas para atrair capitais e gerar emprego e renda. Assim, paradoxalmente, é do salário daqueles e daquelas que não conseguem trabalho nos seus próprios países de origem, entre outras coisas, por causa dessas políticas que os expulsam, que vem a maior parte do ingresso líquido em moeda forte para seus países, moedas essas que seriam atraídas pela aplicação daquelas políticas!

Ao mesmo tempo, esses migrantes vivem em condições subalternas nos mais diversos países em que vivem, inclusive, nos diferentes países da própria América Latina. Os colombianos, por exemplo, não só se encontram entre os principais migrantes nos EUA, como na Venezuela e México. Os bolivianos vivem sob condições de trabalho humilhantes no Brasil e na Argentina. Nos EUA, não são poucos os lares (vide mapa) em que a língua que se fala não é o inglês e, máxima atualidade do sistema moderno-colonial que nos conforma, são nos antigos territórios indígenas mexicanos do Texas, Novo México, Utah e Colorado que, em até mais de 80% dos lares, só se fala o espanhol. Ora, se *minha pátria é minha língua*, como nos ensina o poeta Fernando Pessoa, e se é no espaço público que a ação política ganha sua legitimidade (Hanna Arendt), só o fato de não se poder falar em público, e somente em casa, a língua em que se pensa e se sonha, dá conta da complexidade das tensões de territorialidade em curso no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, essas mesmas casas onde se fala outra língua é que enviam aos seus parentes em outros territórios a maior parte dos recursos desses países. Os números são significativos: no Equador, em 2002, nada menos que 14% da população adulta do país recebeu alguma ajuda dos seus parentes no exterior; os US\$ 1,5 bilhões enviados do exterior correspondiam a 1/3 das exportações totais do país, dez vezes o total de assistência econômi-

ca oficial obtido e cinco vezes o crédito do FMI no ano, segundo Charo Quesada (Revista do BID). Na Colômbia, em 2003, entraram legalmente no país, US\$ 3,6 bilhões, o que equivale a 3,8 vezes o total das exportações de café, e 2,2 vezes as exportações de carvão e só foi inferior às exportações de petróleo. Em El Salvador, os envios corresponderam a 67% das exportações totais e a 14,1% do PIB. Do total de US\$ 38 bilhões que ingressaram na região pelo trabalho dos mais pobres nada menos de US\$ 30 bilhões vieram dos EUA³⁴.



Há, assim, um enorme potencial emancipatório entre os chicanos por toda a multiterritorialidade que comportam. Pelo menos é o ensinamento que nos fica quando relacionamos sua multiterritorialidade com a dos seus parentes indocumentados equatorianos na Espanha que, perseguidos e compelidos a retornar ao seu país, acusados de serem ilegais, brandiram faixas e cartazes dizendo que seu documento de identidade era a Carta de Cristóvão Colombo quando de sua chegada à

34 Agradeço ao geógrafo Helion Povoá do NIEM -Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios- da UERJ, a gentileza dessas informações.

América. Assim, se a ordem moderno-colonial havia tornado possível aos descendentes crioulos de Colombo ganharem a vida na América porque não haveriam eles de poder ganhá-la na Espanha? Várias organizações indígenas de Nuestra América têm comemorado a data de 11 de outubro, um dia antes do grande encontro, que Etienne La Boétie chamou mau-encontro, como data de referência de liberdade, o último dia que a viveram, valor que sinalizam querer retomar para o futuro. Outras territorialidades emancipatórias estão sendo engendradas, exigindo de cada um de nós estabelecer suas ligações em diferentes escalas e que superemos as territorialidades mutuamente excludentes que ensejaram a ordem geopolítica moderno-colonial que aí está, em crise.

Com a nova configuração das lutas de classes na ordem moderno-colonial em crise nesse período neoliberal, onde a centralidade da classe operária já não pode ser invocada, pelo menos não do mesmo modo como o era sob o capitalismo monopolista de estado, seu fordismo e seu *welfare state* ou sob o capitalismo de estado monopolista (João Bernardo) do leste europeu, vários outros protagonistas vêm se mobilizando contra o estado de coisas existente³⁵. Essa diversidade de movimentos e suas múltiplas questões têm desafiado o pensamento reducionista e uma certa concepção mecanicista newtoniana de mundo como a idéia de um eixo central em torno do que tudo giraria (que bem pode ser a classe operária) ou de um momento em que *tudo* muda, como o momento revolução. Sabemos como na conquista da América o fato de existirem impérios estruturados hierarquicamente, entre outros fatores, facilitou o controle e a sua dominação (caso dos incas), ao contrário, de regiões como a Amazônia e a Patagônia que se mantiveram mais autônomas. Pierre Clastres em seu *A Sociedade Contra o Estado* compreendeu isso como poucos.

A idéia de unidade desses diversos movimentos se coloca até porque estamos diante de um sistema-mundo que, como tal, retira sua força de uma unidade política hierarquicamente conformada. Afinal, a globalização iniciada em 1492 se fez enquanto histórias locais e, assim, contraditória e diferencialmente, estão em todo lugar. O desafio é, portanto, o de construir relações sociais e de poder com base em outros valores, emancipatórios, emanados entre os próprios protagonistas

35 Paródio aqui, conscientemente, Karl Marx que afirma em sua juventude que *o comunismo é o movimento real que suprime o estado de coisas existente*. Não conheço definição mais aberta do que poderia ser um movimento emancipatório. Olhemos, pois, menos para o capital e sua lógica, se é que existe uma lógica do capital fora do terreno movediço da história, e acompanhemos mais de perto as relações sociais e de poder que estão sendo engendradas no interior dos movimentos reais. Marx o fez na Comuna de Paris.

(horizontalidade, radicalização democrática e autonomia) no próprio movimento de luta contra esse sistema-mundo e suas hierarquias.

Entretanto, devemos advertir, que mais do que uma unidade devemos atentar para o modo como venha a ser construída. Não olvidemos que o símbolo do fascismo é um facho de lenha amarrado *externamente* por um laço. A mensagem que trazia era clara: cada graveto de lenha, se isolado, é frágil, mas, juntos, a união faz a força. No símbolo do fascismo, entretanto, o laço que une cada graveto é externo a cada um e, roto, cada um deles cai na sua fragilidade. Busquemos, pois, a união que prescindir de laços externos! Mais do que o imperativo *proletários de todo o mundo, uni-vos*, talvez devêssemos dizer *unamo-nos* a todas e todos aquelas e aqueles que estão, aqui e agora, preocupados com o futuro da humanidade, com a prole. Talvez seja isso que esteja sendo engendrado no Fórum Social Mundial, sobretudo, por aqueles movimentos que, no fundo, querem um outro governo das gentes, das coisas e do mundo pelas (e não para) as gentes, como parecem indicar de diferentes maneiras o zapatismo, o MST, o Pachakutick, a Via Campesina, a COICA, a CONAIE, entre tantos outros, e parece estar entre as mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre os piqueteros, entre os povos originários – os mapuche, os quíchua, os aymara, os tzotzil, os zapoteca, os kunas, os yanomami, os U'Wa, e outros tantos -, entre os afrodescendentes em seus *palenques* e quilombos, entre os seringueiros da Amazônia, entre os cocaleros bolivianos, entre os retireiros do Araguaia, entre os geraizeiros dos cerrados brasileiros, entre a insurgência colombiana, no protagonismo do povo venezuelano, entre os *rappers*, ...

BIBLIOGRAFIA

- Abensour, Miguel 1998 *A Democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano* (Belo Horizonte: UFMG).
- Aliès, Pierre 1982 *L'Invention du Territoire* (Paris: Press Universitaires de Grenoble).
- Alimonda, Hector (org.) 2002 Introducción: política, utopía y naturaleza, in *Ecología Política – Naturaleza, sociedad y utopía* (Buenos Aires: CLACSO).
- Altvater, Elmar 1994 *O Preço da Riqueza* (São Paulo: Edunesp).
- Alvarez, Sonia; Danigno, Evelina e Escobar, Arturo 2000 *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – novas leituras* (B. Horizonte: UFMG).
- Anderson, Perry 1976 *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo* (Porto: Publicações Escorpião/Ed. Afrontamento).

- Anderson, Perry 1984 *Linhagens do Estado Absolutista* (Porto: Afrontamento).
- Arendt, Hanna 1995 *A Condição Humana* (Rio de Janeiro: Forense Universitária).
- Arendt, Hanna 1971 *Sobre a Revolução* (Lisboa: Moraes).
- Arrighi, Giovanni 1994 *O Longo Século XX* (São Paulo: Contraponto/Unesp).
- Arocha, Jaime 2004 *Utopía para los excluidos* (México: UNAM).
- Assies, Willem 2000 “La oficialización de lo no oficial: ¿Re-encuentro de dos mundos?”. Curso “Identidad, autonomía y derechos indígenas: Desafíos para el tercer Milenio” (Chile-Arica).
- Bachelard, Gaston 1982 *Poética do Espaço* (São Paulo: Abril).
- Beck, Ulrich 1992 *Risk Society. Towards New Modernity* (London: Sage).
- Bernardo, João 2000 *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores* (São Paulo: Boitempo).
- Bernardo, João 1991 *Economia dos Conflitos Sociais* (São Paulo: Cortez).
- Boron, Atilio 2001a “La Selva y la Polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), N°11.
- Boron, Atilio 2001b *A Coruja de Minerva* (Rio de Janeiro: Vozes/LPP/CLACSO).
- Boron, Atilio 2002 *Império – Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri* (Buenos Aires: CLACSO).
- Boron, Atilio 2004 “La Izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos” en *OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina* (Buenos Aires: CLACSO), N°13.
- Caycedo, Jaime 2004 “Impacto Regional del Conflicto Colombiano en América Latina” en Ceceña, Ana Esther (org.) 2004a *Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI* (Buenos Aires: CLACSO).
- Capra, Fritjof 1988 *Sabedoria Incomum* (São Paulo: Cultrix).
- Cardoso, Ciro Flammarion S. e Brignoli, Héctor Pérez 1983 *História econômica da América Latina* (Rio de Janeiro: Graal).
- Cardoso, Ciro Flammarion S. 1984 *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)* (Rio de Janeiro: Graal).
- Cardoso, Ciro Flammarion S. 1988 *O Trabalho na América Latina Colonial* (São Paulo: Ática).
- Cardoso, Ciro Flammarion S. 1982 *A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo* (São Paulo: Brasiliense).
- Cardoso, Ciro Flammarion S. e Vainfas, Ronaldo (org.) 1997 *Domínios da História* (Rio de Janeiro: Campus).

- Carvalho, José Murilo de 1996 *A Construção da Ordem – A elite política imperial e Teatro das Sombras – A Política imperial* (Rio de Janeiro: Ed.UFRJ).
- Carvalho, José Murilo de 2001 *A Cidadania no Brasil – O Longo Caminho* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Castoriadis, Cornelius 1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Ceceña, Ana Esther y Barreda, Andrés (coord.) 1995 *Producción estratégica y hegemonía mundial* (México: Siglo XXI).
- Ceceña, Ana Esther 2001a “El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina” –entrevista a Victor de Gennaro, en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), Nº 11._
- Ceceña, Ana Esther 2001b “La Territorialidad de la dominación. Estados Unidos y América Latina” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/ Ediciones Era), Nº 12.
- Ceceña, Ana Esther (org.) 2002a *A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial* (Rio de Janeiro: Ed. Vozes/LPP/CLACSO).
- Ceceña, Ana Esther 2002b “La guerra del água en Cochabamba” –entrevista a Gabriel Herbas, en *Revista Chiapas* (México: UNAM/ Ediciones Era), Nº14.
- Ceceña, Ana Esther (org.) 2004a *Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI* (Buenos Aires: CLACSO).
- Ceceña, Ana Esther 2004b “La Guerra como razón del mundo que queremos transformar”. Trabalho apresentado no Seminário Reforma ou Revolução organizado pelo LPP-UERJ e Fundação Rosa Luxemburgo (Rio de Janeiro), maio.
- Clastres, Pierre, 1982 *Arqueologia da Violência – Ensaios de Antropologia Política* (São Paulo: Brasiliense).
- Clastres, Pierre 2003 *A Sociedade contra o Estado – Pesquisas de Antropologia Política* (São Paulo: Cosac Naify).
- Claval, Paul 1978 *Espaço e Poder* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Claval, Paul 1999 *A Geografia Cultural* (Florianópolis: Edufsc).
- CPT 2004 *Conflitos no Campo – Brasil 2003* (Goiânia: CPT).
- Rivera Cusicanqui, Silvia 1990 “El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia” en *Temas Sociales* (La Paz), Nº11.
- Dávalos, Pablo 2000 “Ecuador: las transformaciones políticas del movimiento indígena ecuatoriano” en *Boletín do ICCI* (Ecuador), Nº 11, febrero.
- Dávalos, Pablo 2004 “El Discurso de la Modernidad: Poder y violencia en la Amazonia Ecuatoriana”. Trabalho apresentado na Reunião do GT Ecologia Política de CLACSO (São Paulo), outubro.

- De Sousa Santos, Boaventura 1997 *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (São Paulo: Cortez).
- De Sousa Santos, Boaventura 2001 “Nuestra América. Para reinventar un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), N°11.
- De Sousa Santos, Boaventura (org.) 2002a *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- De Sousa Santos, Boaventura (org.) 2002b *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- De Sousa Santos, Boaventura (org.) 2003 *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Diegues, Antonio Carlos 1996 *O Mito Moderno da Natureza Intocada* (São Paulo: Hucitec).
- Dussel, Enrique 2000 “Europa, Modernidad y Eurocentrismo” en Lander, Edgardo (org.) *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas* (Buenos Aires: CLACSO /UNESCO).
- Dussel, Enrique 1995 *Filosofia da Libertação - Crítica à Ideologia da Exclusão* (São Paulo: Edições Paulinas).
- Engels, Frederic 1986 *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Alfa-ômega).
- Escobar, Arturo 1996a *La Invención del Tercer Mundo – Construcción y Deconstrucción del Desarrollo* (Santa Fe de Bogotá: Norma).
- Escobar, Arturo y Pedrosa, Alvaro 1996b *Pacífico: Desarrollo o Diversidad?* (Santa Fé de Bogotá: Cerec).
- Espinosa, Myriam Amparo 2001 “Contraste entre Miradas Colonizadoras y Subalternas sobre Plan Colombia”, mimeo.
- Fals Borda, O. (org.) 1998 *Participación popular: retos del futuro* (Bogotá: ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS).
- Fernandes, Bernardo Mançano 1996 *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo* (São Paulo: Hucitec).
- Garcia Linera, Álvaro 2001 “Multitud y Comunidad – La Insurgencia Social en Bolivia” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), N°11.
- Garcia Linera, Álvaro 2003 “Democracia liberal vs. democracia comunitaria” en *El Juguete Rabioso* (Bolivia), N°79, mayo.
- Giddens, Anthony 1989 *A Constituição da Sociedade* (São Paulo: Martins Fontes).

- Giddens, Anthony 1991 *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age* (Cambridge: Polity).
- Gómez, José Maria 2002 “Entre dois Fogos: o terrorismo, a guerra e os desafios do movimento social global contra-hegemônico” em Ceceña, Ana Esther (org.) 2002 *A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial* (Rio de Janeiro: Ed. Vozes/LPP/CLACSO).
- Gómez, José Maria (org.) 2004 *América Latina y el (Des) Orden Global Neoliberal: Hegemonia, Contrahegemonia* (Buenos Aires: CLACSO).
- Gramsci, Antonio 1977 *Alguns temas da questão meridional*. Revista Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Editorial Grijalbo, n.1, 1977, p. 19-45.
- Gramsci, Antonio 1968 *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Guatarri, Felix 1982 *Micropolítica - Cartografias do Desejo* (Rio de Janeiro: Brasiliense).
- Gutiérrez, Guillermo 2004 “Patagonia, una region sin realidad?” en <<http://www.eldescamisado.org/pininueva2.htm>>.
- Haesbaert, Rogério 2004 *O Mito da Desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Héau, Joaquín Gimenez 2001 “El ICBG: laboratorio global o negocio redondo?” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), Nº12.
- Hobsbawm, Eric 1991 *Nações e Nacionalismo desde 1780* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Holloway, John 1997 “La revuelta de la dignidad” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), Nº3.
- Holloway, John 2003 *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder* (São Paulo: Viramundo).
- Holanda, Sérgio Buarque 1994 *Caminhos e Fronteiras* (São Paulo: Cia das Letras).
- Holanda, Sérgio Buarque 1995 *Raízes do Brasil* (São Paulo: Cia das Letras).
- Kautsky, Karl 1968 *A Questão Agrária* (Rio de Janeiro: Laemmert).
- Korol, Claudia 2002 “El tiempo subversivo de los intentos y el deseo” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), Nº14.
- Lander, Edgardo (org.) 2000 *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas* (Buenos Aires: CLACSO-UNESCO).
- Leff, Enrique 1994 *Ecología y Capital* (México: Siglo XXI).
- Leff, Enrique 1998 *Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- Leff, Enrique 2000 “Pensar la Complejidad Ambiental” en Leff, Enrique (coord.) *La Complejidad Ambiental* (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).

- Leff, Enrique 2001 *Epistemologia Ambiental* (São Paulo: Cortez).
- Leff, Enrique 2005 *Racionalidad Ambiental – la reapropiación social de la naturaleza* (México: Siglo XXI).
- Lenin, V. I. 1947 *O Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (Rio de Janeiro: Vitória).
- Lenin, V. I. S/D *O Estado e a Revolução – o conceito marxista do poder* (Niterói: Biblioteca Universitária Diálogo).
- Lévy-Strauss, Claude 1989 *O Pensamento Selvagem* (São Paulo: Papyrus).
- Maldonado, María Mercedes 2004a “Propiedad y territorio en la Constitución de 1991” en Arocha, Jaime *Utopía para los excluidos* (Bogotá: Universidad Nacional Autónoma).
- Maldonado, María Mercedes 2004b “El Movimiento Indígena Ecuatoriano: participación y resistencia” en *OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina* (Buenos Aires: CLACSO), N°13.
- Mari, Eduardo 2000 *El ciclo de la tierra* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica).
- Mariátegui, José Carlos 1996 *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana* (Lima: Amauta).
- Marx, Karl 1978 a *O Capital – contribuição à crítica da economia política – Vol. I* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Marx, Karl 1978 b *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Marx, Karl 1974 *Grundrisse* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Marx, Karl e Engels, F. 1961 “O Manifesto do Partido Comunista” em *Obras Escolhidas* (Rio de Janeiro: Vitória).
- Marx, Karl e Engels, F. s/d *A Ideologia Alemã* (Lisboa: Presença e Livraria Martins).
- Matos, Olgária 1981 *Paris 1968 As barricadas do desejo* (São Paulo: Brasiliense).
- Mignolo, Walter 2003 *Histórias Locais/Projetos Globais – colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* (Belo Horizonte: UFMG).
- Meadows, Donald et al 1978 *Os Limites do Crescimento* (Rio de Janeiro: Cultrix).
- Negri, Antonio e Hardt, Michael 2001 *Império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record).
- Oslander, Ulrich 2002 “Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: Hacia una espacialidad de resistencia” en *Scripta Nova*, Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, <<http://www.ub.es/geocrit/menu.htm>>.
- Ost, François 1995 *La nature hors la loi. L'écologie a l'épreuve du droit* (Paris: La découverte).

- Paoli, Maria Célia 2002 “Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania no Brasil” em De Sousa Santos, Boaventura (org.) 2002 *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Petras, James 2001 “Dinero negro: Fundamento del crecimiento y del imperio de los Estados Unidos” en *Revista Actualidad Internacional*, N°126, 31 de maio, <http://www.webislam.com/numeros/2001/05_01/Dinero_negro.htm>.
- Pilger, J. 2004 “A forma organizada e sistemática de fazer do mal uma banalidade” em <<http://www.planetaportoalegre.net/publicue/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/1P4OP/view.htm?user=reader&inford=9459&editionsectionid=244>>. Consultado em 2/12/2004.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 1983 “Os Limites d’Os Limites do Crescimento”. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências Da UFRJ (Rio de Janeiro).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 1989 *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente* (São Paulo: Contexto).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 1996 “Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável” em *Revista Terra Livre* (Rio de Janeiro), N° 11-12.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2000 *Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade* (Caracas: Anais do III Encontro Iberoamericano de Educación Ambiental).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2001a *Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad* (México: Siglo XXI).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2001b *Amazônia, Amazônias* (São Paulo: Contexto).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2001c “Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade” em *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade* (São Paulo: Educ/Fapesp).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2002a “Latifundios Genéticos y existencia indígena” en *Revista Chiapas* (México: UNAM/Ediciones Era), N°14.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2002b “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades” em Ceceña, Ana Esther (org.) 2002 *A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial* (Rio de Janeiro: Ed. Vozes/LPP/CLACSO).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2004a *Geografando nos Varadouros do Mundo* (Brasília: Ibama).
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2004b “Ligações Perigosas – o controle da biodiversidade mundial o caso do ICBG”. Ver site <http://alainet.org/docs/5192>.

- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2004c “Violência e democracia no campo brasileiro: o que nos dizem os dados da CPT” em *Conflitos no campo-Brasil* (Goiânia: CPT).
- Poulantzas, Nicos 1977 *O Estado em Crise* (Rio de Janeiro: Graal).
- Prigogine, I. e Stengers, I. 1991 *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência* (Brasília: UnB).
- Quesada, Charo 2003 “Por que emigrar? Pesquisa revela novos aspectos da imigração” em *Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento*, julho, <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=2335>>.
- Quijano, Anibal 2000 “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina” en Lander, Edgardo (org.) *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: CLACSO/UNESCO).
- Quijano, Anibal 2004 “El laberinto de América Latina. ¿Hay otras salidas?” en *OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina* (Buenos Aires: CLACSO), N°13.
- Rama, Angel 1985 *A Cidade das Letras* (São Paulo: Brasiliense).
- Ribeiro, Darci 1986 *América Latina: A Pátria Grande* (Rio de Janeiro: Guanabara).
- Ribeiro, Gustavo Lins 1991 “Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento” em *Revista de Antropologia* (Rio de Janeiro) N°34.
- Rodrigues, Antonio Jacinto 1973 *Urbanismo e Revolução* (Porto: Afrontamento).
- Sack, Robert David 1986 *Human Territoriality: Its Theory and History* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Sader, Eder 1988 *Quando Novos Personagens entram em Cena* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Said, Edward 2000 “El Sionismo norteamericano: el verdadero problema (I)” en *Revista Sigma – Revista de Estudiantes de Sociología* (Santa Fé de Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia), N°3.
- Seiler, Achim 1998 “Biotecnologia e terceiro mundo: interesses econômicos, opções técnicas e impactos socioeconômico” em Araújo, Hermes R. *Tecnociência e Cultura. Ensaios sobre o tempo presente* (São Paulo: Estação Liberdade).
- Sodré, Muniz 1988 *O Terreiro e a Cidade: a forma social negro - brasileira* (Petrópolis: Vozes).
- Santos, M. 1995 *A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção* (São Paulo: Hucitec).
- Santos, Xosé 2001 “Espacios disidentes en los procesos de organización territorial: ¿globalización o antiglobalización?” Seminário Geografias Dissidentes: Reflexões sobre a Prática atual da geografia.

- Universidade de Girona, Cátedra de Geografia e Pensamento Territorial. Consultar <<http://www.ieg.csic.es/age/hispengeo/cronicas3.htm>>.
- Soja, Edward W. 1993 *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Souza, Marcelo Lopes 1997 “Algumas notas sobre a importância do espaço para o Desenvolvimento espacial” em *Território* (LAGET), Nº3, jul-dez.
- Souza, Marcelo Lopes 2000 *O Desafio Metropolitano* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Tavares, Laura 2003 *O Desastre Social. Col. Os Porquês da desordem Mundial – Mestres Explicam a Globalização* (Rio de Janeiro: Record).
- Thompson, Edward 1983 *A Miséria da Teoria* (Rio de Janeiro: Zahar).
- Thompson, Edward 1998 *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional* (São Paulo: Cia das Letras).
- Van Dam, Chris 2002 “La Economía de la Certificación Forestal: ¿desarrollo sostenible para quién?”. Ponencia presentada al Congreso Iberoamericano de Desarrollo y Medio Ambiente - Desafíos locales ante la globalización, FLACSO-Quito (Ecuador), mimeo. Consultar al autor a: <cvandam@elsitio.net> o <vandam@unsa.edu.ar>.
- Wallerstein, Immanuel 1998a *Impensar las ciencias sociales* (México: Siglo XXI).
- Wallerstein, Immanuel 1998b “El espacio tiempo como base del conocimiento” en Fals Borda, O. (org.) *Participación popular: retos del futuro* (Bogotá: ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS).
- Walsh, C. 2002 “Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico” en *Boletín ICCI-RIMAI* - Publicación mensual del Instituto Científico de Culturas Indígenas (Ecuador), Nº36, marzo.
- Zambrano, Carlos Vladimir 2004 “La Nación en Transición. Dinámicas sociopolíticas del reconocimiento de la diversidad” en Arocha, Jaime *Utopía para los excluidos* (Bogotá: Universidad Nacional Autónoma).
- Zibechi, Raúl 2003 *Genealogía de la revuelta. Argentina: una sociedad en movimiento* (La Plata: Letra Libre).
- Zibechi, Raúl 2005 *La emancipación como producción de vínculos*. Neste volume.

